

Francisco Ferreira Alves

TRANSFERÊNCIA

DE RECURSOS

VIA INTERMEDIÇÃO

FINANCEIRA

O CASO DO NORDESTE



**Banco do
Nordeste**

**TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS VIA
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
O CASO DO NORDESTE**

FRANCISCO FERREIRA ALVES

**TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS VIA
INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
O CASO DO NORDESTE**

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2011

**Presidente:**

Roberto Smith

Diretores:

José Alan Teixeira da Rocha
José Sydrião de Alencar Júnior
Luiz Carlos Everton de Farias
Oswaldo Serrano de Oliveira
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
Stélio Gama Lyra Júnior

Conselho Editorial:

Ozeas Duarte de Oliveira
José Narciso Sobrinho
José Rubens Dutra Mota
Francisco das Chagas Farias Paiva
José Maurício de Lima da Silva
José Maria Marques de Carvalho
Jânia Maria Pinho Sousa
Airton Saboya Valente Júnior
Paulo Dídimo Camurça Vieira
Ademir Costa

Escritório Técnico de Estudos

Econômicos do Nordeste – Etene

Superintendente: José Narciso Sobrinho

Ambiente de Comunicação Social

Gerente: José Maurício de Lima da Silva

Editor: Jornalista Ademir Costa

Normalização Bibliográfica: Paula Pinheiro

Revisão Vernacular: Francisco Macêdo

Capa: Wendell Sá

Diagramação: Kelly Cristina

Tiragem: 1.000 exemplares

Mais Informações

SAC Banco do Nordeste / Ouvidoria

0800.728.3030

www.bnb.gov.br/faleconosco

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme Lei nº. 10.994, de 14 de Dezembro de 2004.

A474a Alves, Francisco Ferreira.

Transferência de recursos via intermediação financeira: o caso do Nordeste / Francisco
Ferreira Alves. – Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

100 p. : il.

ISBN: 978.857791.151.6

1. Microcrédito - Bahia. 2. Microempreendedor – Bahia. I. Título.

CDD: 341.3991

APRESENTAÇÃO

O Banco do Nordeste do Brasil, através do seu Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), tem a satisfação de apresentar o presente trabalho, que tem por objetivo fazer uma análise da evolução do mercado de crédito da Região, no período de 1996 a 2009, revelando, como ponto central, que o Nordeste tem experimentado perdas de recursos no processo de intermediação financeira, transferindo poupança para outras regiões, ao longo do período considerado.

O documento inicia mostrando o peso do saldo dos depósitos e das operações de crédito, em relação ao PIB das regiões do país, indicando quais áreas apresentam maior participação do seu sistema bancário dentro da economia, bem como as regiões com ganhos ou perdas decorrentes da intermediação financeira.

É apresentada também a evolução da relação depósitos/operações de crédito, indicador utilizado para medir perdas ou ganhos, em termos regionais. Dando prosseguimento a essa abordagem, foram acrescentados aos saldos das operações de crédito do Nordeste os valores correspondentes às operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), concluindo-se que tal inclusão não foi suficiente para compensar as perdas da região. O documento também apresenta uma estimativa para o hiato de crédito do Nordeste, que, embora significando um indicador teórico, representa uma medida alternativa para estimar as carências de crédito da região.

Tendo em vista o grande impacto causado pela recente crise financeira global, o trabalho descreve em linhas gerais suas principais causas e as repercussões sobre o mercado de crédito no Brasil e no Nordeste.

Por fim, é feita uma avaliação de impactos financeiros e econômicos dos principais programas de crédito operacionalizados pelo BNB, cujos resultados demonstram o importante papel desempenhado por referida instituição para o desenvolvimento regional.

Com este trabalho, o BNB/Etene apresenta uma contribuição ao debate de questões de interesse do Nordeste, que possam subsidiar a formulação de políticas públicas compensatórias para a região.

José Narciso Sobrinho
Superintendente do Etene

SUMÁRIO EXECUTIVO

1 – A intermediação financeira desempenha um papel importante para o funcionamento do sistema econômico. Ela capta recursos financeiros dos agentes econômicos superavitários e os transfere para os agentes econômicos deficitários, sendo remunerada por esse serviço de intermediação;

2 – A região Sudeste é a que apresenta maior participação bancária na economia. Na média das posições de dezembro/1996 a dezembro/2007, a relação saldos dos depósitos/PIB alcançou 30,0%, enquanto o saldo das operações de crédito/PIB atingiu 33,1%. Nessa mesma ordem, vêm as regiões Centro-Oeste (27,4% e 31,7%), Sul (21,4% e 21,3%), Nordeste (19,7% e 16,9) e Norte (11,1% e 10,5%);

3 – Essas relações são reveladoras para as economias regionais. Se o saldo dos depósitos/PIB for maior do que o saldo das operações de crédito/PIB, a região está transferindo poupança para outras áreas. Se o saldo dos depósitos/PIB for menor do que o saldo das operações de crédito/PIB, a região está recebendo poupança de outras áreas. No primeiro caso, encontram-se as regiões Nordeste e Norte. No segundo, aparecem as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul;

4 – Nos últimos treze anos, o Nordeste tem perdido posição dentro do sistema bancário nacional, no que diz respeito às operações de crédito e quanto aos depósitos. Na posição de dezembro/1996, a região participava com 8,7% do total dos saldos das operações de crédito do País, baixando para 7,2%, em dezembro/2009. Quanto aos saldos dos depósitos, a sua posição caiu de 14,2% para 9,5%, nas referidas posições;

5 – Entre dezembro/1996 e dezembro/2009, a região Sudeste concentrou, em média, 68,2% das operações de crédito e 65,8% dos depósitos realizados em todo o País. Vale destacar que essas participações foram mais que proporcionais ao peso da Região no PIB nacional (média de 57,4%, de 1996 a 2007);

6 – No período de dezembro de 2007 a dezembro de 2009, o Nordeste foi a região que mais transferiu poupança para outras áreas, pois sua relação depósito/operação de crédito alcançou, na média, 1,37. Isso significa que para R\$ 137,00 de depósitos captados foram aplicados apenas R\$ 100,00 na economia nordestina, sob a forma de operação de crédito, os outros R\$ 37,00 foram transferidos para outras regiões. Significa dizer, por outras palavras, que, em média, 27,0% dos depósitos captados no Nordeste são transferidos para outras áreas do País ($R\$ 37/137 = 0,27$);

7 – O Sudeste foi o grande absorvedor de poupanças. Para R\$ 100,00 de operação de crédito realizada, a Região contribuiu com apenas R\$ 86,00 de poupança captada internamente, sendo o déficit interno de recursos, da ordem de R\$ 14,00 financiados pelas poupanças captadas em outras áreas, ou mais especificamente, do Nordeste e do Norte. Novamente, em termos percentuais, significa que, em média, 16,3% dos empréstimos realizados no Sudeste foram financiados por depósitos captados em outras regiões ($R\$ 14/86 = 0,163$);

8 – Incorporando os financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), aos empréstimos, a relação depósitos/operações de crédito cai para 1,04, indicando certo equilíbrio entre a captação e a aplicação de recursos na Região (sem essa inclusão a relação citada é de 1,37, na média das posições de dezembro/2007 a dezembro/2009);

9 – O resultado anterior é altamente relevante, pois mostra a importância estratégica do FNE para corrigir a distorção provocada pelo funcionamento do sistema bancário regional, neutralizando parcialmente a drenagem de recursos então apon-tada. Entretanto, essa inclusão não é muito apropriada, uma vez que a fonte de recursos do FNE não é o sistema bancário, mas sim recursos oriundos do Orçamento da União, aportados anualmente pelo governo federal, originários do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, arrecadados nacionalmente;

10 – Através do funcionamento do sistema bancário, o Nordeste tem apresentado perdas expressivas, enviando parte de seus depósitos para financiar operações de crédito de outras regiões. Para se ter uma ideia de magnitude, a transferência ocorrida na média do período dezembro/2007 a dezembro/2009 representou 6,3% de toda a riqueza gerada na Região;

11 – Comparando-se as perdas do Nordeste com o saldo das operações de crédito do FNE, chega-se a resultados surpreendentes. Em dezembro de 1996, a estimativa das transferências realizadas pelo funcionamento do sistema bancário correspondeu a 2,04 vezes o valor do saldo das operações do FNE. Na média dos anos em que houve perdas para o Nordeste, essa relação alcançou 1,33. Isso significa que o saldo das operações do FNE deveria, em média, experimentar um crescimento de 33%, apenas para compensar as transferências verificadas pelo processo de intermediação financeira. Dito de outra forma, o FNE, isoladamente, não foi capaz de compensar as perdas registradas e a Região continua em desvantagem;

12 – A região Sudeste foi a mais beneficiada com esse processo. Em dezembro de 1996, os recursos captados em outras regiões e aplicados internamente corresponderam a 8,3% do seu PIB. Na média dos anos em que a região foi beneficiada, o ganho correspondeu a 4,4% de toda a sua riqueza gerada. Apenas como exercício, se esses ganhos forem comparados com os saldos das aplicações do FNE no Nordeste, é como se fossem transferidos quatro e meio FNEs para o Sudeste;

13 – A composição dos depósitos e das operações de crédito no Nordeste, por instituição financeira, tem registrado grandes transformações nos últimos treze anos. O aspecto mais relevante dessa mudança tem sido o expressivo crescimento da participação dos bancos privados, especialmente, e pelo Banco do Brasil e a drástica redução do peso dos bancos estaduais, explicada pelo processo de privatização que os mesmos experimentaram. A Caixa Econômica Federal também registrou queda na participação de suas operações de crédito na Região. De outra parte, os bancos federais, excetuando-se o Banco do Brasil, apresentaram uma representatividade razoável entre os anos de 1998 e 2003. Entretanto, a partir de 2004, o peso dos seus depósitos e das operações de crédito passou a declinar;

14 – No Nordeste, o conjunto formado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, bancos privados e bancos estaduais, que respondem em média por 94,0% dos depósitos e por 84,8% das operações de crédito, foram os responsáveis pela transferência de parte da poupança nordestina para outras regiões, no processo de intermediação financeira. Para esse conjunto, a relação depósitos/ operações de crédito tem sido sistematicamente maior que a unidade (1,44), na média do período de dezembro/1996 a dezembro/2009;

15 – Nesse intervalo de tempo, a referida relação foi mais elevada para os bancos estaduais (2,01), Caixa Econômica Federal (1,64), Banco do Brasil (1,57) e bancos privados (1,37);

16 – Os bancos federais (excetuando-se o Banco do Brasil) apresentaram um resultado oposto, uma vez que sua relação depósitos/operações de crédito foi sistematicamente menor que a unidade (0,53), significando que as poupanças por eles captadas no Nordeste foram insuficientes para financiar suas operações de crédito, sendo necessária a complementação de recursos captados em outras regiões;

17 – Convém lembrar que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem um peso

relevante dentro do conjunto dos bancos federais (excetuando-se o Banco do Brasil), sendo responsável, em dezembro/2009, por 90,3% dos depósitos e por 74,8% das operações de crédito do referido grupo. Assim, enquanto os demais bancos que atuam no Nordeste captam mais depósitos e aplicam menos na Região, o BNB exerce um papel oposto, aplica mais recursos do que capta;

18 – Para o BNB, a relação depósitos/operações de crédito, sem incluir as operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), alcançou 0,32, na média dos últimos treze anos, a mais baixa dentre todas as instituições de crédito que atuam na região, indicando que para cada R\$ 100,00 de operação de crédito realizada pelo BNB foram captados internamente na Região apenas R\$ 32,00 de depósito, sendo a parcela restante, de R\$ 68,00, obtida em outras áreas e transferida para o Nordeste. Entretanto, a atuação do BNB não chega a ser suficiente para equilibrar essa balança e o resultado líquido continua desfavorável para o Nordeste;

19 – A informação anterior é extremamente relevante, na medida em que mostra o papel estratégico exercido pelo BNB, que dentre suas funções clássicas de banco de fomento, também se destaca a capacidade de atenuar as transferências de recursos para outras regiões, realizada pelo funcionamento da intermediação financeira. Esse resultado põe em relevo a importância do BNB no processo de atenuação das desigualdades regionais, tornando a sociedade nordestina credora para reclamar do governo federal maior fortalecimento político, institucional e financeiro para a referida instituição de crédito;

20 – Em termos espaciais, foi demonstrado que existe uma concentração na alocação de crédito no País. Assim, a distribuição desigual do crédito entre regiões reflete a desigualdade na distribuição de renda nacional. Desse modo, regiões mais desenvolvidas receberiam maior volume de crédito, exatamente por serem mais desenvolvidas. Dito de outra forma, a má distribuição do crédito seria proveniente da má distribuição de riqueza do Brasil;

21 – O hiato de crédito, definido como a diferença absoluta no volume de crédito necessário para que a participação de uma determinada região no estoque de crédito do País seja exatamente igual à sua participação no PIB, mostrou que as regiões Nordeste e Norte foram as que apresentaram maior déficit para esse indicador. De forma contrária, as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, ao invés de apresentarem déficit de crédito, apresentaram superávit;

22 – A desigualdade na distribuição da riqueza nacional também determina uma assimetria na distribuição do crédito. As regiões mais ricas apresentam uma maior especialização ou presença mais forte no processo de intermediação financeira, enquanto as regiões menos desenvolvidas registram uma situação deficiente na alocação do crédito;

23 – As regiões mais ricas, possuidoras de maior escala, melhores oportunidades de investimento, maiores ganhos e menores riscos, têm maior capacidade de atrair negócios, especialmente operações de crédito dos bancos privados. Para as regiões menos desenvolvidas, o conjunto de vantagens apontado anteriormente é mais modesto, sendo necessária uma intervenção maior dos bancos oficiais. Certamente, essas duas situações expliquem, em parte, a maior presença dos bancos privados no Sudeste e no Sul e uma maior participação dos bancos públicos no Norte e no Nordeste;

24 – É importante lembrar que dois instrumentos diferentes de análise permitem mostrar o mesmo fenômeno, como se fossem duas faces de uma mesma moeda. As carências de crédito do Nordeste, sugeridas teoricamente pelo seu hiato de crédito, tem um correspondente nas perdas geradas na intermediação financeira, dada pela relação depósito/operação de crédito;

25 – Em comparação aos saldos do FNE, o montante das perdas é expressivo. Para anular o hiato de crédito do Nordeste, o que equivaleria à região ter uma participação no total do crédito do País exatamente igual ao seu peso no PIB, era necessário mais de um FNE. Por outro lado, o montante das transferências de recursos do Nordeste para outras áreas, via funcionamento do sistema bancário, também equivaleria a mais de um FNE. Assim, numa conta por cima, as carências de crédito do Nordeste estariam em torno de dois FNEs;

26 – Os impactos negativos da crise financeira internacional, iniciada em meados de 2007 e prolongando-se por quase todo o ano de 2009, foram mais fortes sobre a economia brasileira do que sobre a economia do Nordeste. Na fase recessiva, a queda nos indicadores econômicos da região foi menor do que para o País. Na fase de recuperação, os resultados positivos para a economia do Nordeste foram superiores aos da economia brasileira;

27 – Olhando-se agora a crise financeira global pelo retrovisor, pode-se afirmar que a intermediação financeira no Nordeste praticamente não foi afetada. Regionalmente, os bancos públicos, que respondem por cerca de dois terços

das operações de crédito, foram os responsáveis por essa imunização à crise, ampliando não só seus empréstimos, como sua participação no mercado de crédito nordestino, contribuindo assim para a manutenção dos canais de crédito para o financiamento das atividades econômicas da região. A boa notícia é que, no Nordeste, os bancos privados, depois de uma pequena retração no fim de 2008, também voltaram a expandir seus empréstimos;

28 – O sistema bancário brasileiro conseguiu fazer uma travessia sobre as intempéries da crise financeira internacional sem impactos significativos, comparativamente às dificuldades enfrentadas especialmente pelos países centrais. De uma forma geral, o mercado de crédito nacional, no fim de 2009, voltou a operar em condições próximas das observadas no momento de pré-crise;

29 – Em âmbito nacional, os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o mercado de crédito foram mais atenuados, tendo em vista algumas especificidades (moderado grau de alavancagem, pequena exposição ao risco e controles eficientes exercidos pelo Banco Central) e da pronta ação do governo federal, mediante a implementação de políticas monetárias tempestivas e eficientes (redução dos depósitos compulsórios, aumento do redesconto e redução da taxa básica de juros) e da ação dos bancos públicos, que ampliaram bastante suas operações de crédito, compensando quase que totalmente a redução das operações dos bancos privados.

30 – A presença do BNB no âmbito do sistema bancário nordestino torna-se mais forte quando são acrescentadas ao primeiro as operações de crédito realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Desse modo, o conjunto formado pelo BNB + FNE, no fim de 2009, respondeu por 29,7% de todo o crédito bancário concedido na região, sendo responsável ainda por 58,8% de todos os financiamentos concedidos à indústria, comércio e serviços e por 73,9% de todo crédito rural realizado no Nordeste;

31 – Ademais, no referido grupo, 79,4% de seus empréstimos eram representados por operações de longo prazo, índice que demonstra a importância do BNB para o financiamento do desenvolvimento regional. Apenas para fazer um contraponto, as operações de longo prazo realizadas pelo sistema bancário nordestino representavam 35,4% do total, menos da metade do percentual registrado pelo Banco do Nordeste;

32 – No período de 2000 a 2006, tendo por base as informações constantes

do RAIS/MTE, os empreendimentos financiados com recursos do FNE apresentaram um crescimento na criação de novas oportunidades de emprego formal da ordem de 179,0%, bem superior à expansão dos empregos do conjunto das empresas que não receberam financiamento do FNE (37,9%), e ao incremento do emprego de todas as empresas da região (41,4%);

33 – Até mesmo no âmbito dos financiamentos totais do BNB, as empresas assistidas com recursos do FNE apresentaram maior capacidade de incremento no emprego formal (179,0%) do que a média das empresas financiadas pelo BNB, englobando todas as fontes de recursos (74,4%). Dito de outra forma, os empreendimentos financiados pelo FNE demonstraram uma capacidade de gerar emprego que supera a média das empresas nordestinas e até mesmo da média dos empreendimentos totais financiados pelo BNB;

34 – Diante desses resultados, pode-se concluir que o FNE cumpre os seus objetivos de modo eficiente e eficaz no tocante à geração de novos empregos formais, atestando com isso a sua importância para a região, por contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, objetivo do Fundo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	7
1 – O PAPEL DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....	17
2 – PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO PIB DAS REGIÕES.....	19
3 – EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR REGIÃO.....	23
4 – ESTRUTURA DOS DEPÓSITOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO NORDESTE, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	29
5 – RELAÇÃO DEPÓSITOS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR REGIÃO	33
6 – NORDESTE – RELAÇÃO DEPÓSITOS/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	41
7 – NORDESTE – RELAÇÃO DEPÓSITOS/ OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INCLUINDO O FNE.....	49
8 – ESTIMATIVA DAS PERDAS DO NORDESTE E DOS GANHOS DO SUDESTE COM A INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	51
9 – ESTIMATIVA DO HIATO DE CRÉDITO	57
10 – CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL – IMPACTOS SOBRE A INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS.....	69
11 – AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE CRÉDITO DO BNB	77
11.1 – Pronaf.....	77
11.2 – Crediamigo	82
11.3 – FNE.....	85

11.3.1 – indústria, comércio e serviços.....	90
12 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	93
13 – NOTAS METODOLÓGICAS.....	95
REFERÊNCIAS	98

1– O PAPEL DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A intermediação financeira desempenha um papel importante para o funcionamento do sistema econômico. Ela capta recursos financeiros dos agentes econômicos superavitários e os transfere para os agentes econômicos deficitários, recebendo uma remuneração por esse serviço, constituindo-se num instrumento indispensável para promover o crescimento econômico.

Nos países desenvolvidos, os recursos transacionados pelo sistema bancário chegam a superar o valor do PIB, como é o caso dos Estados Unidos, Japão, Inglaterra e Itália, para citar apenas alguns exemplos.

No Brasil, embora tenha apresentado um grande avanço em anos recentes, essa participação ainda é acanhada, para os padrões internacionais.

Por outro lado, o funcionamento do sistema bancário pode gerar perdas ou ganhos para as regiões de um país, uma vez que, internamente, não existem barreiras e os recursos financeiros fluem livremente de uma região para outra, na busca de melhores oportunidades de investimento, maiores ganhos e menores riscos, para citar apenas os motivos mais relevantes.

Um indicador importante, para a análise regional do funcionamento do sistema bancário, é a relação depósito/operações de crédito, que mostra um balanço entre a captação de poupança dos agentes econômicos superavitários (depósitos) e a aplicação de recursos por parte dos agentes econômicos deficitários (operações de crédito).

Desse modo, os depósitos captados numa determinada região podem ser aplicados, nela mesma ou fluir, em parte, para outras áreas. Se a relação depósito/operação de crédito da região “A” for maior que um, significa que parte de suas poupanças está sendo transferida para financiar operações de crédito de outras regiões, mediante o funcionamento do sistema bancário. Se a referida relação for menor que a unidade, significa que a região “A” está sendo beneficiada, recebendo recursos de outras áreas.

Existem algumas maneiras para mensurar, entre as regiões brasileiras, o valor dessas perdas/ganhos, proporcionadas pelo funcionamento do sistema bancário, que serão apresentadas ao longo do presente trabalho.

2 – PARTICIPAÇÃO DOS DEPÓSITOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO PIB DAS REGIÕES

Antes de apresentar as análises deste capítulo e dos seguintes (3 ao 9), convém fazer algumas exposições conceituais. O conjunto dos bancos aqui considerado refere-se aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial. Na prática, os dados incluem o grupo formado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, bancos federais (exceto Banco do Brasil), bancos estaduais e bancos privados, que nos últimos três anos responderam, em média, por 91,2% de toda oferta de crédito do País, segundo informações fornecidas pelo Banco Central. Consideraram-se os depósitos à vista, depósitos a prazo e os depósitos da caderneta de poupança, rubricas mais apropriadas para as análises que serão desenvolvidas ao longo deste trabalho, e as operações de crédito do grupo citado anteriormente foram trabalhadas com seu valor total.

Tendo em vista o interesse em medir as transferências de recursos entre regiões, via funcionamento da intermediação financeira, ou seja, o funcionamento intrínseco dos bancos, captando depósitos e emprestando dinheiro, é inadequado considerar as operações de crédito financiadas com recursos orçamentários ou governamentais, do tipo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – financiadas com recursos do PIS/Pasep – e dos Fundos Constitucionais – financiadas com recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do imposto sobre a renda –, uma vez que tais aplicações independem da captação dos depósitos bancários.

A inclusão das operações do BNDES e dos Fundos Constitucionais no total das operações de crédito iria distorcer a análise que está sendo aqui desenvolvida. A propósito, as operações de crédito do Banco do Nordeste, que está incluído entre os bancos federais (exclusive Banco do Brasil), não incorporam o saldo das operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), tendo em vista que esse Fundo, por determinação legal, possui um sistema contábil independente das contas do BNB.

Feitas tais considerações e focalizando nos objetivos do presente capítulo, a região Sudeste é a que apresenta maior participação do sistema bancário dentro de sua economia. Na média do período de dezembro/1996 a dezembro/2007, último ano para o qual se dispõe de informações sobre as contas

regionais, o saldo dos depósitos bancários alcançou a marca de 30,0% do PIB regional¹, enquanto o saldo das operações de crédito atingiu participação um pouco maior, com 33,1%.

O Centro-Oeste vem em segundo lugar, com uma participação média de 27,4% e 31,7%, respectivamente. Em terceiro lugar aparece a região Sul, onde o saldo dos depósitos correspondeu, em média, a 21,4% do seu PIB e o saldo das operações de crédito alcançou a marca de 21,3%.

No Nordeste, o peso do saldo dos depósitos representou, em média, 19,7% de toda a riqueza gerada na região, enquanto o saldo das operações de crédito alcançou a marca de 16,9%, na mesma comparação, no período analisado.

Convém recordar que essas duas relações são reveladoras, em termos macroeconômicos, na medida em que mostram se há equilíbrio ou não entre a participação dos saldos dos depósitos e das operações de crédito, dentro da economia de cada região. Essa comparação pode resultar em três situações:

- 1) Se depósito/PIB > operações de crédito/PIB, a região está transferindo poupança para outras áreas;
- 2) Se depósito/PIB < operações de crédito/PIB, a região está recebendo poupança de outras áreas;
- 3) Se depósito/PIB = operações de crédito/PIB, a poupança gerada internamente e captada sob a forma de depósito bancário é suficiente para financiar suas operações de crédito.

A análise das informações levantadas mostra que as três situações indicadas acima ocorrem para as regiões do País, para a média do período considerado. No primeiro grupo, onde depósito/PIB > operações de crédito/PIB configura uma situação de transferência líquida de poupança, encontram-se o Nordeste e o Norte, valendo ressaltar que para essa última região a tendência é mais para estabilidade entre essas duas relações. No segundo grupo, onde depósito/PIB < operações de crédito/PIB encontram-se as regiões Sudeste e Centro-Oeste. Para a região Sul, houve um nítido equilíbrio entre as duas relações citadas.

¹ Ver explicações sobre o uso dessas relações no item “g”, do Capítulo 13 – Notas Metodológicas.

Essa comparação, aparentemente singela, é muito eloquente, na medida em que revela que o Nordeste é a região que mais transfere poupança para outras áreas, através do funcionamento do sistema bancário.

TABELA 1 – Regiões – Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Participação dos Saldos dos Depósitos em Relação ao PIB. Posição em Final de Dezembro – 1996 a 2007. Em %

Posição	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
dez/96	8,2	26,9	26,2	17,6	21,2	23,7
dez/97	10,6	18,4	29,5	18,9	37,4	26,3
dez/98	10,9	18,9	30,6	20,2	25,8	26,2
dez/99	12,8	18,5	29,5	21,4	28,8	26,1
dez/00	12,8	18,3	27,1	20,5	25,0	24,1
dez/01	11,9	19,7	28,2	20,3	23,9	24,7
dez/02	11,5	20,2	31,2	22,8	24,5	26,9
dez/03	10,4	18,0	28,9	19,9	23,8	24,6
dez/04	9,8	17,9	30,2	20,5	24,5	25,4
dez/05	10,7	18,7	32,0	23,1	29,0	27,5
dez/06	11,1	19,2	32,7	24,7	32,5	28,5
dez/07	12,7	21,1	34,1	26,5	32,5	29,9
Média	11,1	19,7	30,0	21,4	27,4	26,2

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – SISBACEN e IBGE – Contas Regionais.

Notas: Foram considerados os depósitos à vista, a prazo e de poupança. O último ano que o IBGE divulgou as contas regionais (PIB) foi para 2007.

TABELA 2 – Regiões – Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Participação dos Saldos das Operações de Crédito em Relação ao PIB. Posição em Final de Dezembro – 1996 a 2007. Em %

Posição	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
dez/96	25,5	21,3	34,5	25,1	28,5	30,5
dez/97	13,4	31,6	29,4	22,8	40,7	28,9
dez/98	12,9	22,3	31,3	23,3	40,0	28,9
dez/99	10,0	20,7	31,5	21,9	41,9	28,6
dez/00	9,5	19,5	33,2	21,8	44,6	29,5
dez/01	7,0	12,7	34,2	18,3	30,8	27,3
dez/02	6,3	11,9	33,3	17,9	24,1	25,9

Continua

TABELA 2 – Regiões – Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Participação dos Saldos das Operações de Crédito em Relação ao PIB. Posição em Final de Dezembro – 1996 a 2007.

Em %
Conclusão

Posição	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
dez/03	6,8	11,5	30,0	17,1	22,9	23,6
dez/04	7,0	11,9	29,0	18,5	23,9	23,4
dez/05	8,1	11,9	31,4	20,8	25,8	25,4
dez/06	9,4	13,2	35,2	22,8	27,8	28,4
dez/07	10,3	14,8	43,6	24,9	29,0	33,8
Média	10,5	16,9	33,1	21,3	31,7	27,8

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – SISBACEN e IBGE – Contas Regionais.

Nota: O último ano que o IBGE divulgou as contas regionais (PIB) foi para 2007

TABELA 3 – PIB das Regiões Brasileiras – 1996 a 2007. Em R\$ Milhões Correntes

Posição	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	BRASIL
1996	36.328	105.223	492.768	136.899	72.749	843.966
1997	38.710	116.981	549.850	151.200	82.405	939.147
1998	40.955	121.901	569.582	158.593	88.246	979.276
1999	44.418	132.577	620.101	174.556	93.348	1.065.000
2000	51.706	146.827	687.777	194.257	98.915	1.179.482
2001	59.074	163.465	751.226	217.472	110.899	1.302.135
2002	69.310	191.592	837.646	249.626	129.649	1.477.822
2003	81.200	217.037	947.748	300.859	153.104	1.699.948
2004	96.012	247.043	1.083.975	337.657	176.811	1.941.498
2005	106.442	280.545	1.213.863	356.211	190.178	2.147.239
2006	119.993	311.104	1.345.513	386.588	206.284	2.369.484
2007	133.578	347.797	1.501.185	442.820	235.964	2.661.345

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do IBGE – Contas Regionais.

3 – EVOLUÇÃO DOS DEPÓSITOS E OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR REGIÃO

Nos últimos treze anos, o Nordeste tem revelado uma pequena tendência de perda de posição dentro do sistema bancário nacional², no que diz respeito às operações de crédito e quanto aos depósitos.

Na posição de dezembro de 1996, a Região participava com 8,7% do saldo das operações de crédito, baixando para 7,2% em dezembro de 2009. Quanto aos saldos de depósitos, a sua posição caiu de 14,2% para 9,5%, nas duas datas de comparação. Cabe ressaltar que a participação dos saldos de depósitos do Nordeste, em dezembro/1996, foi atípica. Nos demais anos da série manteve-se estacionária, ao redor dos 9,0%.

Essa redução da posição nordestina foi motivada pelo menor dinamismo dessas duas variáveis, relativamente ao maior ritmo de crescimento apresentado pela média das demais regiões.

Dessa maneira, os depósitos efetuados pelo sistema bancário nordestino cresceram 70,4%, em termos reais, no período compreendido entre dezembro/1996 e dezembro/2009. Por outro lado, as operações de crédito apresentaram resultado ligeiramente baixo, com uma expansão real de 67,6%, valendo ressaltar que esses aumentos deveram-se, em grande medida, às expansões ocorridas em 2009. Apenas para efeito de comparação, em âmbito nacional houve um aumento real de 153,7% para os depósitos e 104,1% para as operações de crédito. Essas informações estão apresentadas com detalhes nas Tabelas 4 e 5.

No período considerado, a região Sudeste concentrou, em média, cerca de 68,2% das operações de crédito e 65,8% dos depósitos realizados em todo o País. Em seguida, vêm as regiões Sul, com 12,7% das operações de crédito e 13,7% dos depósitos e Centro-Oeste, com 9,9% e 9,1%, nessa mesma ordem. O Nordeste ocupa a quarta posição com 7,5% das operações de crédito e 9,5% dos depósitos. Esses dados estão apresentados em detalhes nas Tabelas 6 e 7.

² O sistema bancário representa um subconjunto do sistema financeiro nacional, que, além do sistema bancário, também inclui os bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

TABELA 4 – Brasil e Nordeste – Operações de Crédito (a). Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos com Carteira de Crédito. Saldo em Final de Mês – 1996 a 2007.
R\$ Mil

Posição	BRASIL				NORDESTE			
	Preços	Preços	Nº Índice	Varição	Preços	Preços	Nº Índice	Varição
	Correntes	Dez/09 (b)	Dez/96 = 100	Anual (%)	Correntes	Dez/09 (b)	Dez/96 = 100	Anual (%)
dez/96	256.994.637	573.719.744	100,0	0,0	22.392.073	49.988.492	100,0	0,0
dez/97	271.745.366	576.298.005	100,4	0,4	36.977.289	78.418.771	156,9	56,9
dez/98	282.945.239	589.689.247	102,8	2,3	27.142.025	56.529.475	113,1	-27,9
dez/99	304.518.994	584.137.733	101,8	-0,9	27.377.971	52.517.268	105,1	-7,1
dez/00	348.029.149	629.901.434	109,8	7,8	28.580.501	51.728.134	103,5	-1,5
dez/01	355.577.427	598.056.562	104,2	-5,1	20.791.570	34.969.977	70,0	-32,4
dez/02	382.035.136	579.233.592	101,0	-3,1	22.861.465	34.662.068	69,3	-0,9
dez/03	401.093.880	547.776.307	95,5	-5,4	24.896.264	34.000.976	68,0	-1,9
dez/04	454.862.802	579.280.916	101,0	5,8	29.473.582	37.535.457	75,1	10,4
dez/05	546.458.356	655.724.974	114,3	13,2	33.392.490	40.037.458	80,1	6,7
dez/06	671.872.363	781.967.774	136,3	19,3	41.061.778	47.790.308	95,6	19,4
dez/07	898.579.023	1.000.019.609	174,3	27,9	51.320.717	57.114.313	114,3	19,5
dez/08	1.162.957.765	1.141.559.342	199,0	14,2	65.529.309	64.323.570	128,7	12,6
dez/09	1.171.057.207	1.171.057.207	204,1	2,6	83.777.600	83.777.600	167,6	30,2

Fonte: Elaboração BNB / ETENE – Banco Central – SISBACEN

Notas: (a) As operações de crédito, no Nordeste, não incluem os financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE; (b) Corrigido pelo IPCA.

TABELA 5 – Brasil e Nordeste – Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Saldo dos Depósitos (a). Saldo em Final de Dezembro – 1996 a 2009.
R\$ mil

Posição	BRASIL				NORDESTE			
	Preços	Preços	Nº Índice	Variação	Preços	Preços	Nº Índice	Variação
	Correntes	Dez/09 (b)	Dez/96 = 100	Anual (%)	Correntes	Dez/09 (b)	Dez/96 = 100	Anual (%)
dez/96	199.768.591	445.967.223	100,0	0,0	28.268.448	63.107.024	100,0	0,0
dez/97	247.366.778	524.597.651	117,6	17,6	21.488.181	45.570.587	72,2	-27,8
dez/98	256.553.655	534.686.259	119,9	1,9	23.060.326	48.060.275	76,2	5,5
dez/99	277.533.200	532.372.751	119,4	-0,4	24.585.270	47.160.223	74,7	-1,9
dez/00	284.628.405	515.151.794	115,5	-3,2	26.934.114	48.748.322	77,2	3,4
dez/01	321.731.203	541.129.561	121,3	5,0	32.142.552	54.061.542	85,7	10,9
dez/02	396.926.842	601.812.082	134,9	11,2	38.661.896	58.618.348	92,9	8,4
dez/03	417.911.496	570.744.226	128,0	-5,2	38.995.008	53.255.715	84,4	-9,1
dez/04	493.641.298	628.666.451	141,0	10,1	44.283.000	56.395.679	89,4	5,9
dez/05	589.895.084	707.281.799	158,6	12,5	52.525.777	62.978.192	99,8	11,7
dez/06	675.646.995	786.360.931	176,3	11,2	59.804.802	69.604.631	110,3	10,5
dez/07	796.019.578	885.882.228	198,6	12,7	73.475.515	81.770.166	129,6	17,5
dez/08	1.053.249.547	1.033.869.755	231,8	16,7	92.191.650	90.495.324	143,4	10,7
dez/09	1.131.386.242	1.131.386.242	253,7	9,4	107.507.208	107.507.208	170,4	18,8

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central / SISBACEN e Área de Controle Financeiro do BNB.

Notas: (a) Os depósitos aqui considerados incluem os depósitos à vista, a prazo e de poupança; (b) Corrigidos pelo IPCA.

**TABELA 6 – Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial.
Participação das Regiões nos Saldos dos Depósitos (a). Saldo
em Final de Mês – 1996 a 2009** R\$ mil

Posição	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
dez/96	1,5	14,2	64,6	12,1	7,7	100,0
dez/97	1,7	8,7	65,7	11,5	12,5	100,0
dez/98	1,7	9,0	67,9	12,5	8,9	100,0
dez/99	2,1	8,9	66,0	13,5	9,7	100,0
dez/00	2,3	9,5	65,6	14,0	8,7	100,0
dez/01	2,2	10,0	65,8	13,7	8,3	100,0
dez/02	2,0	9,7	65,9	14,4	8,0	100,0
dez/03	2,0	9,3	65,6	14,3	8,7	100,0
dez/04	1,9	9,0	66,3	14,0	8,8	100,0
dez/05	1,9	8,9	65,9	13,9	9,3	100,0
dez/06	2,0	8,9	65,1	14,2	9,9	100,0
dez/07	2,1	9,2	64,3	14,7	9,6	100,0
dez/08	2,0	8,8	66,0	14,3	8,9	100,0
dez/09	2,1	9,5	66,1	14,6	7,7	100,0
Média						
Dez/96 a Dez/09	2,0	9,5	65,8	13,7	9,1	100,0
Dez/07 a Dez/09	2,1	9,2	65,5	14,6	8,8	100,0

Fonte: Elaboração BNB/Etene conforme dados do Banco Central – Sisbacen

Nota: (a) Os depósitos aqui considerados incluem os depósitos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança.

TABELA 7 – Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Participação das Regiões nos Saldos de Operações de Créditos(a). Saldo em Final de Mês – 1996 a 2009 R\$ mil

Posição	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE	TOTAL
dez/96	3,6	8,7	66,2	13,4	8,1	100,0
dez/97	1,9	13,6	59,4	12,7	12,3	100,0
dez/98	1,9	9,6	63,0	13,1	12,5	100,0
dez/99	1,5	9,0	64,2	12,6	12,8	100,0
dez/00	1,4	8,2	65,5	12,2	12,7	100,0
dez/01	1,2	5,8	72,2	11,2	9,6	100,0
dez/02	1,1	6,0	73,0	11,7	8,2	100,0
dez/03	1,4	6,2	70,9	12,8	8,7	100,0
dez/04	1,5	6,5	69,0	13,7	9,3	100,0
dez/05	1,6	6,1	69,8	13,5	9,0	100,0
dez/06	1,7	6,1	70,6	13,1	8,5	100,0
dez/07	1,5	5,7	72,9	12,3	7,6	100,0
dez/08	1,5	5,6	70,9	12,9	9,1	100,0
dez/09	1,8	7,2	67,6	13,0	10,4	100,0
Média:						
Dez/96 a Dez/09	1,7	7,5	68,2	12,7	9,9	100,0
Dez/07 a Dez/09	1,6	6,2	70,5	12,7	9,0	100,0

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen

Nota: (a) As operações de crédito, no Nordeste, não incluem os financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste – FNE, que possui sistema contábil independente do BNB e também não figura nos levantamentos do Banco Central – Sisbacen.

4 – ESTRUTURA DOS DEPÓSITOS E DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO NO NORDESTE, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

A composição dos depósitos e das operações de crédito no Nordeste, por instituição financeira, tem registrado grandes transformações nos últimos treze anos.

O aspecto mais relevante dessa mudança tem sido o expressivo crescimento dos depósitos e das operações de crédito realizados pelos bancos privados, especialmente, e pelo Banco do Brasil, e a drástica redução do peso dos bancos estaduais.

Desse modo, os bancos privados, que detinham apenas 7,9% dos saldos dos depósitos regionais, na posição de dezembro de 1996, passaram para 31,9%, em dezembro de 2009. Igual comportamento também foi verificado para o Banco do Brasil, cuja participação nos saldos dos depósitos totais evoluiu de 12,7%, para 35,9%, nas referidas datas.

A Caixa Econômica Federal teve uma participação atípica no saldo dos depósitos, na posição de dezembro de 1996, que chegou a representar 60,87% do total regional. Nos demais anos da série, a sua participação ficou mais ou menos constante, em torno dos 27,00%.

Os bancos federais, excetuando-se o Banco do Brasil, apresentaram duas fases distintas. De dezembro de 1996 a dezembro de 2001, a sua participação nos saldos dos depósitos regionais foi crescente, passando de 2,8%, para 12,1%. A partir de dezembro de 2002 até dezembro de 2009, seu peso passou a declinar de 10,2%, para 4,3%.

Esse mesmo perfil dos saldos dos depósitos também se reproduz para a composição dos saldos das operações de crédito. Com efeito, em dezembro de 1996, as operações de crédito dos bancos privados representavam apenas 9,0% do total regional. Essa participação foi aumentando ano a ano, de forma sistemática e ininterrupta, chegando a alcançar 33,1%, em dezembro de 2009, representando a maior fatia do mercado de crédito regional.

O Banco do Brasil também apresentou uma participação ascendente. Em dezembro de 1996, a sua participação era de 18,9% das operações de crédito do Nordeste, evoluindo para 32,8% em dezembro de 2009.

Por outro lado, a Caixa Econômica Federal, que detinha a maior parcela do mercado em dezembro de 1996, com 39,1% do total, começou a perder posição a partir de 2001, caindo para 23,2% do total dos empréstimos regionais, em dezembro de 2009.

As operações de crédito dos bancos federais, excetuando-se o Banco do Brasil, repetiram o mesmo comportamento dos depósitos. Tiveram uma participação crescente, de dezembro de 1996 a dezembro de 2001, passando de 12,8%, para 22,0%. A partir de dezembro de 2002, contudo, apresentaram um peso declinante até dezembro de 2009 (caindo de 20,8%, para 9,7%, respectivamente).

Os bancos estaduais, que em dezembro de 1996, respondiam por 20,3% das operações de crédito do Nordeste, viram sua representatividade reduzida para 1,2%, em dezembro de 2009. Esse resultado deveu-se, exclusivamente, ao processo de privatização então experimentado pelos referidos estabelecimentos.

TABELA 8 – Nordeste – Participação dos Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial, no Saldo de Depósitos (a). Posição em Final de Mês – 1996 a 2009.

Em %

Posição	Banco do Brasil	Bcos. Federais, Exceto BB	Caixa Econômica Federal	Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total
dez/96	12,7	2,8	60,9	15,8	92,1	7,9	100,0
dez/97	27,5	4,7	26,0	27,3	85,5	14,5	100,0
dez/98	30,9	4,0	30,7	19,5	85,1	14,9	100,0
dez/99	31,4	6,0	29,2	2,2	68,8	31,2	100,0
dez/00	31,3	5,6	27,8	3,3	67,9	32,1	100,0
dez/01	28,3	12,1	26,1	1,5	68,0	32,0	100,0
dez/02	29,2	10,2	25,5	1,4	66,4	33,6	100,0
dez/03	31,3	9,3	26,4	1,6	68,6	31,4	100,0
dez/04	32,9	7,6	27,5	1,5	69,6	30,4	100,0
dez/05	34,1	6,4	26,9	1,7	69,1	30,9	100,0
dez/06	35,3	4,1	27,1	1,7	68,2	31,8	100,0
dez/07	35,4	3,8	26,6	1,9	67,7	32,3	100,0
dez/08	37,3	3,7	25,7	2,0	68,8	31,2	100,0
dez/09	35,9	4,3	26,2	1,8	68,1	31,9	100,0

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – SISBACEN

Nota: (a) Os depósitos aqui incluem os depósitos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança.

TABELA 9 – Nordeste – Participação dos Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial no Saldo das Operações de Crédito
(a). Posição em Final de Mês – 1996 a 2009. Em %

Posição	Banco do Brasil	Bcos. Federais, Exceto BB	Caixa Econômica Federal	Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total
dez/96	18,9	12,8	39,1	20,3	91,0	9,0	100,0
dez/97	12,6	9,7	59,1	13,1	94,6	5,4	100,0
dez/98	19,4	17,4	45,0	8,5	90,3	9,7	100,0
dez/99	19,3	20,8	39,4	1,1	80,6	19,4	100,0
dez/00	13,2	22,0	41,2	0,9	77,3	22,7	100,0
dez/01	13,2	22,0	41,2	0,9	77,3	22,7	100,0
dez/02	28,0	20,8	15,7	1,4	65,8	34,2	100,0
dez/03	31,1	18,9	16,4	1,3	67,8	32,2	100,0
dez/04	30,3	15,2	20,9	1,1	67,5	32,5	100,0
dez/05	29,2	13,6	19,7	1,1	63,6	36,4	100,0
dez/06	30,2	11,0	19,2	1,1	61,4	38,6	100,0
dez/07	31,4	9,8	17,8	1,2	60,1	39,9	100,0
dez/08	33,0	9,5	20,6	1,3	64,3	35,7	100,0
dez/09	32,8	9,7	23,2	1,2	66,9	33,1	100,0

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen

Nota: (a) As operações de crédito, no Nordeste, não incluem os financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste – FNE, que possui sistema contábil independente do BNB e também não figura nos levantamentos do Banco Central – Sisbacen.

5 – RELAÇÃO DEPÓSITOS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR REGIÃO

O presente tópico tem por objetivo apresentar uma análise temporal da relação depósitos/operações de crédito, mostrando como o funcionamento da intermediação financeira tem gerado resultados diferenciados, em termos regionais.

Conforme já relatado, a citada relação mostra um balanço entre a captação de poupança dos agentes econômicos superavitários (depósitos) e a aplicação de recursos por parte dos agentes econômicos deficitários (operações de crédito). Em âmbito espacial, e dentro de um período de tempo relativamente longo, revela também a transferência de recursos de certas regiões para outras, processada pelo funcionamento do sistema bancário.

O exame da Tabela 10 revela que, no período de dezembro de 1996 a dezembro de 2009, as regiões Sudeste e Centro-Oeste apresentaram uma relação depósitos/operações de crédito, que na média, foi menor que a unidade, enquanto as regiões Nordeste e Norte essa relação foi maior que um. A região Sul teve uma relação média em torno de um.

Qual é a tradução para esses resultados?

Esses indicadores sugerem que, nos últimos treze anos, as regiões Nordeste e Norte transferiram parte de suas poupanças para ser aplicado nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Esse quadro tem pelo menos três leituras. A primeira é que as duas primeiras regiões, embora mais pobres, estão financiando o crescimento de regiões mais ricas. A segunda interpretação é que o Nordeste e o Norte não estão sendo capazes de absorver toda a sua geração de poupança. E a terceira é que as regiões Sudeste e Centro-Oeste estão apresentando melhores e mais rentáveis oportunidades de aplicações de recursos, absorvendo, dessa forma, poupanças de outras regiões.

Vale observar que esses resultados ficam mais evidentes para um período mais recente, envolvendo os últimos dois anos (de dezembro de 2007 a dezembro de 2009). Assim, o Nordeste continua sendo a região que, no período citado, foi a mais penalizada pelo funcionamento da intermediação financeira. Tomando-se a média do período, a relação depósito/operação de crédito, calculada

em 1,37, significa que para R\$ 137,00 reais captados em depósitos na Região, foram aplicados apenas R\$ 100,00 internamente. Os outros R\$ 37,00 foram transferidos para aplicações em outras áreas. Significa dizer, por outras palavras, que, em média, 27,0% dos depósitos captados no Nordeste foram transferidos para outras regiões ($R\$ 37/R\$ 137 = 0,27$).

A região Norte vem em segundo lugar, nessa operação de transferência líquida de recursos, com uma relação de 1,19, significando que para R\$ 119,00 captados em depósitos, foram aplicados internamente R\$ 100,00 transferindo R\$ 19,00 para outras regiões, ou 16,0% ($R\$ 19/R\$ 119 = 0,16$).

De modo inverso, o Sudeste continua sendo a região que mais se beneficia do funcionamento da intermediação financeira. A relação depósito/operação de crédito nessa região, no valor médio de 0,86, significa que para R\$ 86,00 de depósitos captados na região, foram aplicados R\$ 100,00 pelo sistema bancário, sendo o déficit interno de recursos, da ordem de R\$ 14,00, financiado pelas poupanças captadas em outras áreas, ou mais especificamente, oriundas do Norte e do Nordeste. Novamente, em termos percentuais, significa que, em média, 16,3% dos empréstimos realizados no Sudeste foram financiados por depósitos captados em outras regiões ($R\$ 14/R\$ 86 = 0,163$).

A ironia, ou a verdade dos fatos, é que as regiões mais pobres do País (Norte e Nordeste) estão transferindo seus parcos recursos para financiar o desenvolvimento das regiões mais ricas (Sudeste e Centro-Oeste), através do funcionamento da atividade bancária comercial.

A região Sul tem uma relação depósito/operação de crédito em torno da unidade, significando um equilíbrio interno entre captação de poupança e aplicação de recursos.

TABELA 10 – Regiões Brasileiras – Relação Depósitos / Operações de Crédito. Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Posição em Final de Mês – 1996 a 2009

Posição	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO-OESTE
dez/96	0,32	1,26	0,76	0,70	0,74
dez/97	0,79	0,58	1,01	0,83	0,92
dez/98	0,84	0,85	0,98	0,87	0,64
dez/99	1,28	0,90	0,94	0,98	0,69
dez/00	1,36	0,94	0,82	0,94	0,56
dez/01	1,72	1,55	0,82	1,11	0,78
dez/02	1,83	1,69	0,94	1,27	1,02
dez/03	1,53	1,57	0,96	1,16	1,04
dez/04	1,39	1,50	1,04	1,11	1,03
dez/05	1,32	1,57	1,02	1,11	1,12
dez/06	1,18	1,46	0,93	1,08	1,17
dez/07	1,23	1,43	0,78	1,07	1,12
dez/08	1,25	1,41	0,84	1,00	0,89
dez/09	1,10	1,28	0,95	1,08	0,72
Relação Média:					
dez/96 a dez/09	1,22	1,29	0,91	1,02	0,89
dez/07 a dez/09	1,19	1,37	0,86	1,05	0,91

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen.

Nota: Os dados sobre saldo de depósito referem-se aos depósitos à vista, a prazo e de poupança.

TABELA 11 – Nordeste – Depósitos Bancários e Operações de Crédito. Saldo em Final de Mês – 1996 a 2009. R\$ mil Correntes

Posição	Depósitos (a)	Operações de Crédito (b)	Relação a/b
dez/96	28.268.448	22.392.073	1,26
dez/97	21.488.181	36.977.289	0,58
dez/98	23.060.326	27.142.025	0,85
dez/99	24.585.270	27.377.971	0,90
dez/00	26.934.114	28.580.501	0,94
dez/01	32.142.552	20.791.570	1,55
dez/02	38.661.896	22.861.465	1,69
dez/03	38.995.008	24.896.264	1,57
dez/04	44.283.000	29.473.582	1,50
dez/05	52.525.777	33.392.490	1,57
dez/06	59.804.802	41.061.778	1,46
dez/07	73.475.515	51.320.717	1,43
dez/08	92.191.650	65.529.309	1,41
dez/09	107.507.208	83.777.600	1,28

Fonte: Elaboração BNB / Etene conforme dados do Banco Central – Sisbacen

Notas: 1) Os depósitos aqui considerados incluem os depósitos à vista, a prazo e de poupança.

2) Saldos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial.

3) As operações de crédito, no Nordeste, não incluem os financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste – FNE, que possui sistema contábil independente do BNB e também não figura nos levantamentos do Banco Central – Sisbacen.

TABELA 12 – Norte – Depósitos Bancários e Operações de Crédito. Saldo em Final de Mês – 1996 a 2009. R\$ mil Correntes

Posição	Depósitos (a)	Operações de Crédito (b)	Relação a/b
dez/96	2.965.863	9.261.097	0,32
dez/97	4.096.728	5.174.151	0,79
dez/98	4.454.997	5.291.775	0,84
dez/99	5.678.851	4.453.680	1,28
dez/00	6.636.974	4.888.863	1,36
dez/01	7.047.350	4.107.758	1,72
dez/02	8.003.696	4.374.845	1,83
dez/03	8.406.497	5.503.270	1,53
dez/04	9.379.009	6.750.489	1,39
dez/05	11.398.936	8.619.875	1,32
dez/06	13.275.651	11.222.972	1,18
dez/07	16.929.880	13.807.200	1,23
dez/08	21.312.707	17.018.203	1,25
dez/09	23.144.837	21.127.387	1,10

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen

Notas: 1) Os depósitos aqui considerados incluem os depósitos à vista, a prazo e de poupança.

2) Saldos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial.

TABELA 13 – Sudeste – Depósitos Bancários e Operações de Crédito. Saldo em Final de Mês – 1996 a 2009. R\$ mil Correntes

Posição	Depósitos (a)	Operações de Crédito (b)	Relação a/b
dez/96	129.013.509	170.250.354	0,76
dez/97	162.426.752	161.552.433	1,01
dez/98	174.203.254	178.242.393	0,98
dez/99	183.089.768	195.355.758	0,94
dez/00	186.562.916	228.110.209	0,82
dez/01	211.808.858	256.747.462	0,82
dez/02	261.496.336	278.785.445	0,94
dez/03	274.211.611	284.262.384	0,96
dez/04	327.350.265	314.070.820	1,04
dez/05	388.741.714	381.413.162	1,02
dez/06	439.852.461	474.126.982	0,93
dez/07	511.700.426	655.004.384	0,78
dez/08	694.881.494	824.906.311	0,84
dez/09	748.020.239	791.529.456	0,95

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen

Notas: 1) Os depósitos aqui considerados incluem os depósitos à vista, a prazo e de poupança.

2) Saldos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial.

TABELA 14 – Sul – Depósitos Bancários e Operações de Crédito. Saldo em Final de Mês – 1996 a 2009. R\$ mil Correntes

Posição	Depósitos (a)	Operações de Crédito (b)	Relação a/b
dez/96	24.111.508	34.343.048	0,70
dez/97	28.537.393	34.524.011	0,83
dez/98	32.093.358	36.979.001	0,87
dez/99	37.316.891	38.253.540	0,98
dez/00	39.790.318	42.349.378	0,94
dez/01	44.192.404	39.813.175	1,11
dez/02	57.013.303	44.760.789	1,27
dez/03	59.850.750	51.418.798	1,16
dez/04	69.298.050	62.334.674	1,11
dez/05	82.146.729	74.018.020	1,11
dez/06	95.577.991	88.117.794	1,08
dez/07	117.334.064	110.042.183	1,07
dez/08	150.780.149	150.288.140	1,00
dez/09	165.132.495	152.631.354	1,08

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen

Notas: 1) Os depósitos aqui considerados incluem os depósitos à vista, a prazo e de poupança.

2) Saldos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial.

TABELA 15 – Centro-Oeste – Depósitos Bancários e Operações de Crédito.
Saldo em Final de Mês – 1996 a 2009. R\$ mil Correntes

Posição	Depósitos (a)	Operações de Crédito (b)	Relação a/b
dez/96	15.409.262	20.748.062	0,74
dez/97	30.817.724	33.517.479	0,92
dez/98	22.741.719	35.290.042	0,64
dez/99	26.862.419	39.078.043	0,69
dez/00	24.704.084	44.100.195	0,56
dez/01	26.540.040	34.117.460	0,78
dez/02	31.751.612	31.252.591	1,02
dez/03	36.447.631	35.013.162	1,04
dez/04	43.330.974	42.233.234	1,03
dez/05	55.081.928	49.014.807	1,12
dez/06	67.136.091	57.342.834	1,17
dez/07	76.579.694	68.404.540	1,12
dez/08	94.083.548	105.215.803	0,89
dez/09	87.581.464	121.991.409	0,72

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen

Notas: 1) Os depósitos aqui considerados incluem os depósitos à vista, a prazo e de poupança.

2) Saldos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial.

6 – NORDESTE – RELAÇÃO DEPÓSITOS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO, POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

Conforme comentado em passagens anteriores, o Nordeste tem sido a região que mais transferiu renda para outras áreas do País, sendo fortemente penalizado pelo funcionamento do sistema bancário. Dessa maneira, é interessante mostrar, agora, como esse processo tem se realizado, segundo as instituições financeiras que atuam na Região.

No período de dezembro de 1996 a dezembro de 2009, o conjunto formado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, bancos privados e bancos estaduais, que respondem em média por 94,0% dos depósitos e por 84,8% das operações de crédito, foram os responsáveis pela transferência de parte da poupança nordestina para as outras regiões, no processo de intermediação financeira. Para esse conjunto de instituições bancárias, aqui denominado de Grupo 1, a relação depósitos/operações de crédito tem sido sistematicamente maior que um (1,44) no período sob análise. Assim, para os referidos bancos, para R\$ 144,00 captados na forma de depósito, foram aplicados na Região apenas R\$ 100,00 na forma de operação de crédito. Dito de outra forma, cerca de 30,6% dos depósitos captados no Nordeste foram transferidos para serem aplicados em outras áreas do país ($R\$ 44/R\$ 144 = 0,306$).

No período considerado, a referida relação foi mais elevada para a Caixa Econômica Federal (1,64), Banco do Brasil (1,57) e bancos privados (1,37). Os bancos estaduais, apesar de contar com um índice elevado (2,01), apresentam uma influência mínima nesse processo, tendo em vista a sua reduzida participação no sistema bancário nordestino em anos mais recentes, por conta do processo de privatização então verificado.

Por outro lado, os bancos federais (excetuando-se o Banco do Brasil) apresentaram um resultado oposto, uma vez que sua relação depósitos/operações de crédito foi sistematicamente menor que um, significando que as poupanças por eles captadas no Nordeste foram insuficientes para financiar suas operações de crédito, sendo necessária a complementação de recursos captados em outras

regiões. Dito de outra forma, esse grupo de instituições financeiras aplica muito mais recursos no Nordeste do que capta, sob a forma de depósitos. No período analisado, a relação depósitos/operações de crédito dos bancos federais foi de 0,53, significando que para R\$ 100,00 de operação de crédito realizada na Região, foi captado apenas R\$ 53,00 de poupança interna, e os R\$ 47,00 restantes foram obtidos junto a outras áreas do País e aplicados no Nordeste. Em termos relativos, isso significa que 88,7% das operações de crédito dos bancos federais (exceto Banco do Brasil) que atuam na Região foram financiadas por depósitos captados em outras áreas do País ($R\$ 47/R\$ 53 = 0,887$).

Vale recordar que os financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – gerido pelo BNB – não estão incluídos nas operações de crédito dos bancos federais. Primeiro, por uma razão metodológica, já explicada no início do capítulo 3. Segundo, por questões de normativos contábeis do sistema bancário nacional, o FNE possui um sistema de contas independente do BNB e do próprio sistema bancário, não fazendo parte do levantamento contido no Sisbacen, do Banco Central. Se tais recursos fossem considerados, a relação depósitos/operações de crédito do citado grupo ficaria ainda mais baixa. A propósito, esse exercício será desenvolvido no capítulo seguinte.

Por outro lado, convém lembrar que o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) tem um peso relevante dentro do conjunto dos bancos federais (excetuando-se o Banco do Brasil). Para se ter uma ideia, na posição de dezembro/2009, foi responsável por 90,3% dos depósitos e por 74,8% das operações de crédito do referido grupo.

Desse modo, enquanto os demais bancos que atuam no Nordeste captam mais depósitos do que aplica na Região, o BNB exerce um papel oposto, aplicando mais recursos do que capta. Dito de outra forma, enquanto os demais bancos transferem recursos do Nordeste para outras regiões, o BNB faz o caminho inverso, traz recursos de outras áreas para serem aplicados regionalmente.

No período de dezembro/1996 a dezembro/2009, a média da relação depósitos/operações de crédito do BNB foi de 0,32, a mais baixa dentre todas as instituições de crédito que atuam na Região, significando que para R\$ 100,00 aplicados, foram captados internamente apenas R\$ 32,00 de depósitos para financiar suas operações de crédito, os R\$ 68,00 restantes foram obtidos com depósitos captados em outras áreas. Entretanto, a atuação do BNB não chega a ser suficiente para equilibrar essa balança e o resultado líquido continua desfavorável para o Nordeste.

Essa constatação é extremamente relevante, na medida em que mostra o papel estratégico exercido pelo BNB, que dentre suas funções clássicas de banco de fomento, também se destaca a capacidade de atenuar as transferências de recursos para outras regiões, realizada por todos os demais bancos comerciais e múltiplos que atuam na Região. Esse resultado põe em relevo a importância do BNB no processo de atenuação das desigualdades regionais, tornando a sociedade nordestina credora para reclamar do governo federal maior fortalecimento político, institucional e financeiro para a referida instituição de crédito.

TABELA 16 – Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Relação Depósitos / Operações de Crédito. Posições em Final de Dezembro – 1996 a 2009

Anos	Banco do Brasil	Caixa Econômica	Bcos Federais (exceto BB)		Bancos Estaduais	Bancos Privados	Grupo 1	Total Geral
			BNB	Todos				
1996	0,85	1,97	0,25	0,27	0,98	1,11	1,41	1,26
1997	1,27	0,26	0,22	0,28	1,21	1,55	0,81	0,58
1998	1,35	0,58	0,15	0,20	1,96	1,31	0,99	0,85
1999	1,46	0,67	0,15	0,26	1,76	1,45	1,07	0,90
2000	2,23	0,63	0,15	0,24	3,34	1,33	1,14	0,94
2001	1,66	2,10	0,17	0,82	2,14	1,62	1,76	1,55
2002	1,76	2,75	0,21	0,83	1,81	1,66	1,92	1,69
2003	1,58	2,52	0,31	0,77	1,93	1,53	1,75	1,57
2004	1,63	1,98	0,28	0,75	2,13	1,41	1,64	1,50
2005	1,83	2,14	0,36	0,74	2,48	1,34	1,70	1,57
2006	1,70	2,06	0,47	0,55	2,26	1,20	1,57	1,46
2007	1,61	2,14	0,52	0,56	2,20	1,16	1,53	1,43
2008	1,59	1,76	0,58	0,55	2,15	1,23	1,50	1,41
2009	1,40	1,45	0,62	0,57	1,84	1,24	1,36	1,28
Média:								
1996/2009	1,57	1,64	0,32	0,53	2,01	1,37	1,44	1,29
2007/2009	1,53	1,78	0,57	0,56	2,06	1,21	1,46	1,37

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Sisbacen e Área de Controle Financeiro do BNB.

Notas: Saldos referentes aos depósitos à vista, a prazo e de poupança.

Grupo 1 é formado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bancos Estaduais e Bancos Privados.

O Banco do Nordeste faz parte do grupo dos Bancos Federais, exceto Banco do Brasil.

TABELA 17 – Nordeste – Valor dos Saldos dos Depósitos (a) dos Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Posições em Final de Mês – 1996 a 2009.

R\$ mil Correntes

Posição	Banco do Brasil	Bcos. Federais, exceto BB,	Caixa Econômica Federal	Bancos Estaduais	Bancos Privados	Total
dez/96	3.596.737	777.390	17.207.487	4.454.457	2.232.377	28.268.448
dez/97	5.903.326	1.001.835	5.596.017	5.861.170	3.125.833	21.488.181
dez/98	7.129.973	930.582	7.072.804	4.490.614	3.436.353	23.060.326
dez/99	7.711.972	1.474.425	7.187.655	533.461	7.677.758	24.585.270
dez/00	8.427.024	1.505.177	7.474.699	892.874	8.634.340	26.934.114
dez/01	9.092.224	3.896.596	8.383.804	480.640	10.289.288	32.142.552
dez/02	11.294.086	3.951.339	9.870.903	559.953	12.985.616	38.661.896
dez/03	12.211.666	3.616.987	10.292.470	626.032	12.247.853	38.995.008
dez/04	14.582.610	3.381.460	12.192.077	669.638	13.457.215	44.283.000
dez/05	17.890.654	3.367.140	14.129.926	891.759	16.246.298	52.525.777
dez/06	21.099.150	2.468.783	16.186.596	1.027.167	19.023.105	59.804.802
dez/07	26.011.874	2.823.628	19.522.583	1.364.275	23.753.155	73.475.515
dez/08	34.407.694	3.424.131	23.713.594	1.851.996	28.794.235	92.191.650
dez/09	38.594.940	4.587.718	28.161.887	1.883.668	34.278.994	107.507.207

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen.

Notas: Os depósitos aqui considerados incluem aos depósitos à vista, a prazo e de poupança.

TABELA 17 A – Nordeste – Participação das Instituições Financeiras nos Saldos dos Depósitos (a) dos Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos, com Carteira Comercial. Posições em Final de Mês – 1996 a 2009. Em %

Posição	Banco do Brasil	Bcos. Federais, exceto BB,	Caixa Econômica Federal	Bancos Estaduais	Bancos Privados	Total
dez/96	12,7	2,8	60,9	15,8	7,9	100,0
dez/97	27,5	4,7	26,0	27,3	14,5	100,0
dez/98	30,9	4,0	30,7	19,5	14,9	100,0
dez/99	31,4	6,0	29,2	2,2	31,2	100,0
dez/00	31,3	5,6	27,8	3,3	32,1	100,0
dez/01	28,3	12,1	26,1	1,5	32,0	100,0
dez/02	29,2	10,2	25,5	1,4	33,6	100,0
dez/03	31,3	9,3	26,4	1,6	31,4	100,0
dez/04	32,9	7,6	27,5	1,5	30,4	100,0
dez/05	34,1	6,4	26,9	1,7	30,9	100,0
dez/06	35,3	4,1	27,1	1,7	31,8	100,0
dez/07	35,4	3,8	26,6	1,9	32,3	100,0
dez/08	37,3	3,7	25,7	2,0	31,2	100,0
dez/09	35,9	4,3	26,2	1,8	31,9	100,0
Média:						
Dez-96/09	31,0	6,0	29,5	5,9	27,6	100,0
Dez-07/09	36,2	3,9	26,2	1,9	31,8	100,0

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen.

Notas: Os depósitos aqui considerados incluem aos depósitos à vista, a prazo e de poupança.

TABELA 18 – Nordeste – Saldo das Operações de Crédito (a) dos Bancos Comerciais e Bancos Múltiplos com Carteira Comercial. Posição em Final de Mês – 1996 a 2009. R\$ mil Correntes

Posição	Banco do Brasil	Bcos. Federais, exceto BB,	Caixa Econômica Federal	Bancos Estaduais	Bancos Privados	Total
dez/96	4.226.193	2.855.368	8.745.852	4.554.918	2.009.743	22.392.073
dez/97	4.661.612	3.587.627	21.863.701	4.851.193	2.013.157	36.977.289
dez/98	5.278.537	4.716.986	12.222.921	2.294.931	2.628.651	27.142.025
dez/99	5.278.369	5.694.399	10.799.847	302.969	5.302.386	27.377.971
dez/00	3.775.481	6.277.808	11.776.711	267.144	6.483.358	28.580.501
dez/01	5.492.925	4.750.837	3.983.909	224.767	6.339.132	20.791.570
dez/02	6.402.063	4.749.184	3.585.918	309.293	7.815.007	22.861.465
dez/03	7.753.134	4.714.141	4.092.042	323.662	8.013.285	24.896.264
dez/04	8.937.555	4.490.889	6.152.525	314.631	9.577.982	29.473.582
dez/05	9.764.946	4.536.615	6.590.533	359.444	12.140.951	33.392.490
dez/06	12.395.060	4.503.749	7.867.927	455.093	15.839.950	41.061.778
dez/07	16.115.127	5.007.749	9.115.163	620.815	20.461.862	51.320.716
dez/08	21.603.815	6.193.474	13.493.347	862.394	23.376.279	65.529.309
dez/09	27.472.619	8.097.928	19.460.170	1.025.694	27.721.189	83.777.600

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen.

Nota: (a) As operações de crédito, no Nordeste, não incluem os financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste – FNE, que possui sistema contábil independente do BNB e também não figura nos levantamentos do Banco Central – Sisbacen.

TABELA 18 A – Nordeste – Participação das Instituições Financeiras no Saldo das Operações de Crédito (a). Posição em Final de Mês – 1996 a 2009.
R\$ mil Correntes

Posição	Banco do Brasil	Bcos. Federais, exceto BB,	Caixa Econômica Federal	Bancos Estaduais	Bancos Privados	Total
dez/96	18,9	12,8	39,1	20,3	9,0	100,0
dez/97	12,6	9,7	59,1	13,1	5,4	100,0
dez/98	19,4	17,4	45,0	8,5	9,7	100,0
dez/99	19,3	20,8	39,4	1,1	19,4	100,0
dez/00	13,2	22,0	41,2	0,9	22,7	100,0
dez/01	13,2	22,0	41,2	0,9	22,7	100,0
dez/02	28,0	20,8	15,7	1,4	34,2	100,0
dez/03	31,1	18,9	16,4	1,3	32,2	100,0
dez/04	30,3	15,2	20,9	1,1	32,5	100,0
dez/05	29,2	13,6	19,7	1,1	36,4	100,0
dez/06	30,2	11,0	19,2	1,1	38,6	100,0
dez/07	31,4	9,8	17,8	1,2	39,9	100,0
dez/08	33,0	9,5	20,6	1,3	35,7	100,0
dez/09	32,8	9,7	23,2	1,2	33,1	100,0
Média:						
Dez-96/09	24,5	15,2	29,9	3,9	26,5	100,0
Dez-07/09	32,4	9,6	20,5	1,3	36,2	100,0

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Banco Central – Sisbacen.

Nota: (a) As operações de crédito, no Nordeste, não incluem os financiamentos realizados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste – FNE, que possui sistema contábil independente do BNB e também não figura nos levantamentos do Banco Central – Sisbacen.

7 – NORDESTE – RELAÇÃO DEPÓSITOS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO, INCLUINDO O FNE

Conforme foi visto no capítulo 5, a relação depósitos/operações de crédito no Nordeste, na média dos últimos treze anos, alcançou 1,29. Se for tomada apenas o período de dezembro/2007 a dezembro/2009, a relação média alcança 1,37, sugerindo uma visível transferência de poupança do Nordeste para outras regiões do País, através do funcionamento do sistema bancário.

Incorporando os financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) aos empréstimos, a relação depósitos/operações de crédito cai para um valor ligeiramente acima da unidade (1,04 na média do período dez/2007 a dez/2009), indicando certo equilíbrio entre a captação e aplicação de recursos na Região. Esses dados encontram-se detalhados na Tabela 19.

Essa informação é altamente relevante, na medida em que mostra a importância estratégica do FNE para corrigir a distorção provocada pelo funcionamento do sistema bancário regional, neutralizando parcialmente a drenagem de recursos então apontada. Entretanto, essa inclusão não é muito apropriada, uma vez que a fonte de recursos que supre o FNE não é o sistema bancário, mas sim recursos oriundos do Orçamento da União, aportados anualmente pelo governo federal, originários do Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados, arrecadados nacionalmente³.

Uma vez que a inclusão dos empréstimos do FNE distorce um pouco os resultados do funcionamento do sistema bancário do Nordeste, pelos motivos apontados anteriormente, fica evidente que a função clássica da intermediação financeira, transferindo poupança dos agentes econômicos superavitários para os agentes deficitários, tem um efeito negativo para a economia nordestina. Os recursos que são captados, na forma de depósitos, superam bastante o volume de empréstimo que é injetado na Região, resultando, assim, num saldo líquido negativo, ou dito de outra forma, numa drenagem de recursos do Nordeste para outras áreas do País.

³ Os Fundos Constitucionais são formados por 3% da arrecadação dos referidos impostos para as regiões Norte (FNO), Nordeste (FNE) e Centro-Oeste (FCO). Ao Nordeste cabe a parcela de 60% dos recursos destinados aos três Fundos, ou 1,8% do IR e do IPI, arrecadados nacionalmente.

TABELA 19 – Nordeste – Depósitos e Operações de Crédito (com FNE). Sal-
dos em Final de Mês – 1996 a 2007. R\$ mil Correntes

Posição	Depósitos (a)	Operações de Crédito (b)	Operações do FNE (c)	Total Operações de Crédito (d) = (b)+(c)	Relações	
					a/b	a/d
dez/96	28.268.448	22.392.073	2.876.073	25.268.146	1,26	1,12
dez/97	21.488.181	36.977.289	3.674.137	40.651.426	0,58	0,53
dez/98	23.060.326	27.142.025	4.685.116	31.827.141	0,85	0,72
dez/99	24.585.270	27.377.971	5.928.316	33.306.287	0,90	0,74
dez/00	26.934.114	28.580.501	6.941.027	35.521.528	0,94	0,76
dez/01	32.142.552	20.791.570	8.000.380	28.791.950	1,55	1,12
dez/02	38.661.896	22.861.465	9.888.869	32.750.334	1,69	1,18
dez/03	38.995.008	24.896.264	11.190.995	36.087.259	1,57	1,08
dez/04	44.283.000	29.473.582	13.480.515	42.954.097	1,50	1,03
dez/05	52.525.777	33.392.490	17.003.317	50.395.807	1,57	1,04
dez/06	59.804.802	41.061.778	14.801.315	55.863.093	1,46	1,07
dez/07	73.475.515	51.320.717	17.391.166	68.711.883	1,43	1,07
dez/08	92.191.650	65.529.309	20.780.760	86.310.069	1,41	1,07
dez/09	107.507.208	83.777.600	24.567.717	108.345.317	1,28	0,99
Média:						
dez/96 a dez/09	-	-	-	-	1,29	0,97
Dez/07 a dez/09	-	-	-	-	1,37	1,04

Fonte: Elaboração do Etene/BNB conforme dados do Banco Central – Sisbacen e BNB.

Notas: As operações do FNE correspondem às realizadas nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

Salos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial.

Os depósitos aqui considerados referem-se aos depósitos à vista, a prazo e de poupança

8 – ESTIMATIVA DAS PERDAS DO NORDESTE E DOS GANHOS DO SUDESTE COM A INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

O funcionamento do sistema bancário pode gerar perdas ou ganhos para as regiões de um país, uma vez que, internamente, não existem barreiras e os capitais fluem livremente de uma região para outra, na busca de melhores oportunidades de investimento, maiores ganhos e menores riscos, para citar apenas os motivos mais relevantes.

Os depósitos captados numa determinada região podem ser aplicados, nela mesma ou fluir, em parte, para outras áreas. Se a relação depósito/operação de crédito da região “A” for maior que um, significa que parte de suas poupanças está sendo transferida para financiar operações de crédito de outras regiões, mediante o funcionamento do sistema bancário.

Esse raciocínio pode ser formalizado nas equações a seguir:

$$\text{Depósito/Operações de Crédito} = k$$

Se $k > 1$ significa que a região “A” está transferindo poupança para financiar operações de crédito em outras regiões. Se $k < 1$ significa que a região “A” é deficitária e está recebendo recursos de outras regiões para financiar suas operações de crédito.

A estimativa do valor da perda ou ganho de uma determinada região, através do funcionamento do sistema bancário, pode ser estabelecida pela equação a seguir:

$$(k - 1). \text{Operação de Crédito}^4 = Y$$

Como “Y” representa o montante de recurso que está sendo transferido ou recebido de uma determinada região, ele pode assumir valor positivo (maior que zero), ou negativo (menor que zero). Se o montante de recurso estimado por Y for positivo, significa que a região “A” está transferindo poupança para outras regiões. Se o montante de recursos estimado por Y for negativo, significa que a região “A” está recebendo poupança de outras regiões.

4 A dedução dessa fórmula é apresentada no item “i”, do Capítulo 13 - Notas Metodológicas.

Feitas essas considerações teóricas, pode-se agora examinar a situação do Nordeste, dentro do período de dezembro/1996 a dezembro/2009. Como a Região tem apresentado historicamente uma relação depósitos/operações de crédito maior que a unidade, exceções feitas para as posições de dezembro/1997 a dezembro/2000, pode-se concluir que está havendo uma transferência de poupança interna para financiar as operações de crédito de outras regiões.

A estimativa do valor das perdas/ganhos da Região está apresentada na Tabela 20.

Excetuando-se as posições de dezembro/1997 a dezembro/2000, o Nordeste tem apresentado perdas expressivas, enviando parte de seus depósitos para financiar operações de crédito de outras regiões. Para se ter uma ideia de magnitude, a transferência com maior impacto ocorreu na posição de dezembro/2002, e correspondeu a 8,2% do seu PIB. Nos últimos treze anos, a média da perda de recursos representou 6,5% de toda a riqueza gerada na Região.

Outra forma de mensurar as perdas do Nordeste, mediante o funcionamento do sistema bancário, é comparar a estimativa das transferências para outras regiões com o saldo das operações de crédito do FNE, realizadas na Região⁵, constatando-se que os prejuízos são ainda maiores e socialmente injustos.

Assim, em dezembro/1996, a estimativa das transferências realizadas pelo funcionamento do sistema bancário correspondeu a 2,04 vezes o valor do saldo das operações do FNE. Na média do período dezembro/1996 a dezembro/2009, as transferências de recursos do Nordeste para outras regiões foram equivalentes a 1,33 FNE.

Dito de outra forma, as operações de crédito do FNE, que não são financiadas pelo sistema bancário, mas sim por recursos orçamentários, não são suficientes para compensar as perdas decorrentes da intermediação financeira realizada no Nordeste. Na verdade, o saldo das operações do FNE deveria, em média, experimentar um crescimento de 33%, apenas para compensar tais perdas. Em outras palavras, o FNE, isoladamente, não foi capaz de compensar a drenagem de recursos provocada pelo funcionamento do sistema bancário e a Região continua em desvantagem.

5 O Nordeste aqui considerado representa os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

TABELA 20 – Nordeste – Estimativa das Perdas de Recursos na Intermediação Financeira e Comparações com o PIB e os Saldos do FNE. Saldos em Final de Dezembro. Valores em R\$ Milhões

Posição	Saldo das Operações Crédito (a)	Relação Dep./Oper.Créd. (b)	Estimativa Perda (c) = (b - 1).(a)	Perdas em %	
				Em relação ao PIB	Em relação ao FNE
1996	22.392,1	1,26	5.876,4	5,6	204,3
1997	36.977,3	0,58	(15.489,1)	-13,2	-421,6
1998	27.142,0	0,85	(4.081,7)	-3,3	-87,1
1999	27.378,0	0,90	(2.792,7)	-2,1	-47,1
2000	28.580,5	0,94	(1.646,4)	-1,1	-23,7
2001	20.791,6	1,55	11.351,0	6,9	141,9
2002	22.861,5	1,69	15.800,4	8,2	159,8
2003	24.896,3	1,57	14.098,7	6,5	126,0
2004	29.473,6	1,50	14.809,4	6,0	109,9
2005	33.392,5	1,57	19.133,3	6,8	112,5
2006	41.061,8	1,46	18.743,0	6,0	126,6
2007	51.320,7	1,43	22.067,9	6,3	126,9
2008	65.529,3	1,41	26.867,0	6,9	129,3
2009	83.777,6	1,28	23.457,7	5,6	95,5
Média:					
1996/2009	...	...	...	6,5	133,3
2007/2009	...	...	...	6,3	117,2

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Sisbacen, IBGE/Contas Regionais e BNB/Área de Controle Financeiro.

Notas: Saldos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial.

Foram considerados os depósitos à vista, a prazo e de poupança.

Os valores dos saldos de aplicações do FNE correspondem aos estados do Maranhão até Bahia.

Quando a relação depósito/operação de crédito for maior que a unidade significa perda para a região, quando menor que a unidade significa ganho para a região.

Se por um lado o funcionamento da intermediação financeira acarreta perdas para o Nordeste, de outro ocorrem ganhos, especialmente para a região Sudeste. A Tabela 21 apresenta com detalhes essa estimativa.

TABELA 21 – Sudeste – Estimativa dos Ganhos de Recursos na Intermediação Financeira e Comparações com o PIB e os Saldos do FNE.
Saldos em Final de Dezembro. Valores em R\$ Milhões

Posição	Saldo das Operações Crédito (a)	Relação Dep./Oper.Créd.(b)	Estimativa Ganhos (c) = (b - 1).(a)	Ganhos em %	
				Em relação ao PIB	Em relação ao FNE
1996	170.250,4	0,76	(40.860,1)	-8,3	(1.420,7)
1997	161.552,4	1,01	1.615,5	0,3	44,0
1998	178.242,4	0,98	(3.564,8)	-0,6	(76,1)
1999	195.355,8	0,94	(11.721,3)	-1,9	(197,7)
2000	228.110,2	0,82	(41.059,8)	-6,0	(591,6)
2001	256.747,5	0,82	(46.214,5)	-6,2	(577,7)
2002	278.785,4	0,94	(16.727,1)	-2,0	(169,2)
2003	284.262,4	0,96	(11.370,5)	-1,2	(101,6)
2004	314.070,8	1,04	12.562,8	1,2	93,2
2005	381.413,2	1,02	7.628,3	0,6	44,9
2006	474.127,0	0,93	(33.188,9)	-2,5	(224,2)
2007	655.004,4	0,78	(144.101,0)	-9,6	(828,6)
2008	824.906,3	0,84	(131.985,0)	-7,8	(635,1)
2009	791.529,4	0,95	(39.576,5)	-2,2	(161,1)
Média:					
1996/2009	...	...	...	-4,4	-453,0
2007/2009	...	...	...	-6,5	-541,6

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Sisbacen, IBGE/Contas Regionais e BNB/Área de Controle Financeiro.

Notas: Saldos referentes aos bancos comerciais e bancos múltiplos, com carteira comercial.

Foram considerados os depósitos à vista, a prazo e de poupança.

Os valores do PIB, de 1996 a 2007, foram fornecidos pelo IBGE para os respectivos anos.

Os valores dos saldos de aplicações do FNE correspondem aos estados do Maranhão até Bahia.

Quando a relação depósito/operação de crédito for menor que a unidade significa ganho para a região.

A análise das informações apresentadas mostra que a região Sudeste é a mais beneficiada pelo funcionamento do sistema bancário. A razão básica é que a sua relação depósitos/operações de crédito é sistematicamente menor que um, excetuando-se apenas três posições (dez/97, dez/04 e dez/05) da série histórica analisada. Esse resultado acarretou ganhos para a Região, que recebeu

poupanças de outras áreas para complementar o financiamento de suas operações de crédito.

Esses ganhos foram expressivos. Em dezembro de 1996, quando foi observado o maior valor relativo, os recursos captados em outras regiões e aplicados no Sudeste corresponderam a 8,3% do seu PIB. Na média dos anos em que a Região foi beneficiada, o ganho correspondeu a 4,4% de toda a sua riqueza gerada. Em comparação com os saldos de aplicações do FNE no Nordeste, o benefício foi altamente relevante. Na média do período analisado, é como se fossem transferidos quatro e meio FNEs para o Sudeste.

9 – ESTIMATIVA DO HIATO DE CRÉDITO

O presente capítulo tem por objetivo apresentar outra abordagem sobre os desequilíbrios na alocação do crédito entre as regiões do País, complementando os comentários feitos em passagens anteriores.

Alguns autores sugerem que a distribuição desigual do crédito entre regiões reflete a desigualdade na distribuição de renda no país. Assim, regiões mais desenvolvidas receberiam maior volume de crédito exatamente por serem mais desenvolvidas. Dito de outra forma, a má distribuição do crédito seria proveniente da má distribuição de riqueza do Brasil.

Avançando nessa ideia, existe na literatura econômica um indicador bastante conhecido, denominado Índice Regional de Crédito (IRC), que compara a participação de uma região no total de crédito concedido no país com a participação da mesma no PIB. Na verdade, esse índice representa uma adaptação do “quociente locacional”, amplamente utilizado em trabalhos de economia regional, para determinar a existência ou não de especialização produtiva de uma região específica.

Dessa maneira, o Índice Regional de Crédito é dado pela fórmula abaixo:

$$\text{IRCI} = \frac{\text{CREDi} / \text{CREDbr}}{\text{PIBi} / \text{PIBbr}} \quad (1)$$

Onde:

IRCI = Índice Regional de Crédito da região “i”

CREDi = Volume de crédito da região “i”

CREDbr = Volume total de crédito do país

PIBi = PIB da região “i”

PIBbr = PIB do país.

Isso posto, se IRCi for maior que a unidade, significa que a participação da região “i” no total do crédito do país é maior que sua participação no PIB na-

cional. Se menor que a unidade, significa que a participação da região “i” no total do crédito do país é menor que sua participação no PIB nacional. E se for igual a um, sua participação no crédito é exatamente igual à sua participação no PIB.

Partindo-se da equação (1), a estimativa do Hiato de Crédito (HC) assume a hipótese de que a participação da região “i” no total do crédito do país deveria ser exatamente igual à sua participação no PIB nacional, ou IRC igual à unidade. Como na prática essa situação é bastante rara, o Hiato de Crédito é entendido como o volume de recursos que deve ser acrescido ao saldo das operações de crédito da região “i”, de modo que sua participação, em relação ao total de crédito nacional, seja equivalente à sua participação no PIB nacional.

Para facilitar, a equação (1) pode ser modificada:

$$\text{IRC} = a / b \quad (2)$$

Onde:

a = participação da região “i” no total de crédito do país;

b = participação da região “i” no PIB nacional.

Assumindo a hipótese de que $\text{IRC} = 1$ e com as devidas substituições algébricas, o Hiato de Crédito da região “i” pode ser expresso pela relação abaixo:

$$\text{HC}_i = (b - a) \cdot \text{CREDbr} \quad (3)$$

Somando-se o valor estimado na equação (3) com o valor do saldo das operações de crédito realmente registrado pela região “i”, sua participação no total do crédito do país será exatamente igual à sua participação no PIB nacional, que é outra forma de saber se o Hiato de Crédito foi calculado corretamente.

A Tabela 22 apresenta uma estimativa do Hiato de Crédito⁶, para as regiões brasileiras, no período de 2004 a 2009. Como pode ser observado, as regiões Norte e Nordeste apresentam valores positivos para o referido indicador, uma vez que suas participações no total do crédito têm sido sistematicamente inferiores às suas participações no PIB nacional. De forma contrária, as regiões

⁶ Foram utilizadas informações fornecidas pelo Bacen, no sistema gerenciador de séries temporais/economia regional/crédito, que englobam operações de crédito regionais com saldo superior a R\$ 5 mil, correspondentes às carteiras de crédito dos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito, financiamento e investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. Segundo o Bacen, o agregado dos valores regionais corresponde em torno de 90% da carteira de crédito de todas as instituições financeiras do país. A referida série tem início em janeiro de 2004.

Sudeste, Sul e Centro-Oeste registraram valores negativos, sugerindo que suas participações no total das operações de crédito foram sistematicamente superiores aos seus pesos no PIB do país.

Esses resultados apontam para outra constatação, uma vez que o Hiato de Crédito representa uma adaptação do “quociente locacional”. Assim, quando o HC for negativo, a região apresenta um grau elevado de especialização na atividade creditícia, como sugerem os valores estimados para as regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. De forma contrária, o HC positivo indica que a região registra um baixo grau de especialização na intermediação financeira, como é o caso do Norte e do Nordeste.

Essa constatação reforça o que foi dito no início. A desigualdade na distribuição da riqueza nacional determina também uma assimetria na distribuição do crédito. As regiões mais ricas apresentam uma presença mais forte no processo de intermediação financeira, enquanto as regiões menos desenvolvidas registram uma situação deficiente na alocação do crédito.

TABELA 22 – Regiões do Brasil – Estimativa do Hiato de Crédito (Bacen Regional). Posição em Final de Dezembro – 2004 a 2009. Em R\$ milhões

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	6.876	7.964	9.690	12.414	15.998	17.465
NORDESTE	12.224	16.422	19.494	24.586	30.074	19.131
SUDESTE	(5.616)	(873)	(970)	(8.821)	(8.653)	(9.470)
SUL	(9.385)	(17.356)	(21.423)	(22.966)	(29.558)	(21.350)
CENTRO-OESTE	(4.100)	(6.158)	(6.791)	(5.213)	(7.861)	(5.776)

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Bacen/Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Economia Regional/Crédito; IBGE – Sistema de Contas Regionais.

Nota: As operações de crédito por estado, segundo o Bacen, correspondem aos empréstimos com saldos superiores a R\$ 5 mil, correspondentes às carteiras de crédito dos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. O agregado dos valores regionais corresponde em torno de 90% da carteira de crédito de todas as instituições financeiras do país.

As regiões mais ricas, por possuírem maiores escalas, melhores oportunidades de investimento, maiores ganhos e menores riscos, têm maior capacidade de atrair negócios, especialmente as operações de crédito dos bancos privados. Para as regiões menos desenvolvidas, o conjunto de vantagens apontado anteriormente é mais modesto, sendo necessária uma intervenção maior dos bancos oficiais. Certamente essas duas situações expliquem, em parte, a maior

presença dos bancos privados no Sudeste e no Sul e uma maior participação dos bancos públicos no Norte e no Nordeste.

Embora o HC represente uma estimativa de um valor teórico, ele pode ser relativizado, para tornar mais clara a sua compreensão. A Tabela 23 apresenta uma estimativa da relação HC/saldo dos empréstimos, ou alternativamente a variação no saldo dos empréstimos bancários necessária para eliminar o HC, de forma que a participação de uma determinada região no total do crédito seja exatamente igual à sua participação no total do PIB do país. No fim deste capítulo são apresentadas tabelas com o saldo das operações de crédito de todos os estados da Federação, bem como o cálculo individualizado para o HC.

TABELA 23 – Regiões do Brasil – Relação Hiato de Crédito/Saldo dos Empréstimos Alternativamente. Variação no Saldo de Operações Necessárias para Eliminar o HC 2004 a 2009. Em %

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média período:	
							2004/07	2008/09
NORTE	50,6	47,2	44,8	43,9	41,9	38,3	46,6	40,1
NORDESTE	30,2	33,5	31,6	30,2	27,1	13,2	31,4	20,1
SUDESTE	(2,4)	(0,3)	(0,3)	(1,9)	-1,4	(1,3)	(1,2)	(1,4)
SUL	(11,5)	(17,3)	(17,5)	(14,5)	-14,1	(9,3)	(15,2)	(11,7)
CENTRO-OESTE	(9,8)	(12,2)	(11,2)	(6,8)	-7,6	(4,9)	(10,0)	(6,3)

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Bacen/Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Economia Regional/Crédito; IBGE – Sistema de Contas Regionais.

Como pode ser observado, o maior esforço para eliminar o HC é registrado na região Norte. Na média dos últimos dois anos (2008/09), o saldo de suas operações de crédito deveria ser ampliado em 40,1%. Em segundo lugar vem o Nordeste, onde seria necessário um crescimento de 20,1% no saldo de seus empréstimos bancários, para anular o HC no referido período. Os valores negativos para o Sudeste, Sul e Centro-Oeste, como já foi dito, indicam que referidas regiões possuem um maior grau de especialização na atividade bancária.

De outra parte, a Tabela 24 apresenta uma relativização do HC em função dos saldos dos empréstimos nordestinos financiados com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Assim, para eliminar o HC da região Norte, na média do período 2008/09, seria necessário um aporte adicional de recursos equivalente 74,0% dos saldos do FNE. No Nordeste, essa necessidade é ainda mais expressiva, pois equivaleria a mais de um FNE (111,3%), no mesmo período.

TABELA 24 – Regiões do Brasil – Relação Hiato de Crédito/Saldo das Operações do FNE no Nordeste. Posição em Final de Dezembro – 2004 a 2009. Em %

Regiões	2004	2005	2006	2007	2008	2009	Média período:	
							2004/07	2008/09
NORDESTE	90,7	96,6	131,7	141,4	144,7	77,9	115,1	111,3
SUDESTE	(41,7)	(5,1)	(6,6)	(50,7)	-41,6	(38,5)	(26,0)	(40,1)
SUL	(69,6)	(102,1)	(144,7)	(132,1)	-142,2	(86,9)	(112,1)	(114,6)
CENTRO-OESTE	(30,4)	(36,2)	(45,9)	(30,0)	-37,8	(23,5)	(35,6)	(30,7)
Saldo FNE: R\$ milhões	13.480	17.003	14.801	17.391	20.781	24.568	15.669	22.675

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Bacen/Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Economia Regional/Crédito; IBGE – Sistema de Contas Regionais e BNB/Área de Controle Financeiro.

É importante lembrar que dois instrumentos diferentes de análise permitem mostrar o mesmo fenômeno, como se fossem duas faces de uma mesma moeda. As carências de crédito do Nordeste, sugeridas teoricamente pelo seu Hiato de Crédito, têm um correspondente nas perdas geradas na intermediação financeira, dada pela relação depósito/operacão de crédito, comentadas anteriormente no capítulo 8.

Em comparação com os saldos do FNE, o montante das perdas é expressivo. Para anular o Hiato de Crédito do Nordeste, o que equivaleria à região ter uma participação no total do crédito do país exatamente igual ao seu peso no PIB, era necessário mais de um FNE. Por outro lado, o montante das transferências de recursos do Nordeste para outras áreas, via funcionamento do sistema bancário, também equivaleria a mais de um FNE. Assim, numa conta por cima, as carências de crédito do Nordeste estariam em torno de dois FNEs.

Apenas para qualificar melhor o que foi dito anteriormente, a eliminação do Hiato de Crédito do Nordeste, correspondente a um FNE, representa uma medida teórica, ou, por outras palavras, uma situação que seria desejável para a Região. Entretanto, as perdas regionais com a intermediação financeira, também equivalente a outro FNE, dada pela relação depósitos/operacões de crédito, representam uma medida real, de um fenômeno de transferência de poupança que efetivamente vem ocorrendo.

TABELA 25 – Brasil – Saldo das Operações de Crédito por Regiões e Estado.
Posição em Final de Dezembro – 2004 a 2009. Em %

Regiões/Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	13.593	16.875	21.642	28.304	38.171	45.567
Rondônia	1.379	1.822	2.374	3.330	4.535	5.666
Acre	384	593	876	1.202	1.690	2.447
Amazonas	3.860	5.095	7.002	8.205	11.457	12.386
Roraima	592	717	917	1.220	1.618	2.114
Pará	5.707	6.415	7.519	9.952	13.204	15.928
Amapá	418	623	904	1.371	1.936	2.462
Tocantins	1.253	1.610	2.050	3.024	3.731	4.564
NORDESTE	40.444	49.045	61.739	81.432	110.966	144.986
Maranhão	2.446	3.354	4.541	6.164	8.829	11.496
Piauí	1.335	1.680	2.234	3.009	4.070	5.694
Ceará	6.044	7.243	8.488	11.319	16.169	20.224
Rio Grande do Norte	2.305	2.800	3.905	5.414	7.423	8.807
Paraíba	2.101	2.681	3.401	4.682	6.383	7.993
Pernambuco	7.091	8.820	11.286	15.673	20.681	35.688
Alagoas	2.399	2.663	3.389	4.558	6.069	7.426
Sergipe	1.690	2.031	2.278	3.168	4.505	5.722
Bahia	15.033	17.773	22.217	27.445	36.837	41.936
SUDESTE	236.715	284.137	352.301	466.422	617.418	717.843
Minas Gerais	32.613	40.651	51.568	68.982	92.977	106.843
Espírito Santo	7.583	8.966	11.780	15.826	19.429	20.876
Rio de Janeiro	41.059	49.871	67.074	89.528	131.273	170.354
São Paulo	155.460	184.649	221.879	292.086	373.739	419.770
SUL	81.372	100.481	122.366	157.949	209.132	230.306
Paraná	29.437	35.825	44.464	57.146	76.344	84.091
Santa Catarina	19.276	23.969	30.055	39.866	55.126	61.007
Rio Grande do Sul	32.659	40.687	47.847	60.937	77.662	85.208
CENTRO-OESTE	41.795	50.537	60.655	77.141	103.550	117.122
Mato Grosso do Sul	5.663	7.228	8.574	10.748	15.957	18.306

Continua

TABELA 25 – Brasil – Saldo das Operações de Crédito por Regiões e Estado.
Posição em Final de Dezembro – 2004 a 2009. Em % Conclusão

Regiões/Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Mato Grosso	12.128	14.565	16.404	20.096	25.847	28.869
Goiás	11.731	14.637	18.719	25.124	32.892	37.019
Distrito Federal	12.273	14.107	16.958	21.173	28.854	32.928
BRASIL	413.919	501.075	618.703	811.248	1.079.237	1.255.824

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Bacen/Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Economia Regional/Crédito.

Nota: As operações de crédito por estado, segundo o Bacen, correspondem aos empréstimos com saldos superiores a R\$ 5 mil, relativas às carteiras de crédito dos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. O agregado dos valores regionais corresponde em torno de 90% da carteira de crédito de todas as instituições financeiras do país.

TABELA 26 – Brasil – Participação dos Estados e Regiões no Saldo Total das Operações de Crédito. Posição em Final de Dezembro – 2004 a 2009. Em %

Regiões/Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	3,2840	3,3678	3,4980	3,4889	3,5369	3,6285
Rondônia	0,3332	0,3636	0,3837	0,4105	0,4202	0,4512
Acre	0,0928	0,1183	0,1416	0,1482	0,1566	0,1949
Amazonas	0,9325	1,0168	1,1317	1,0114	1,0616	0,9863
Roraima	0,1430	0,1431	0,1482	0,1504	0,1499	0,1683
Pará	1,3788	1,2802	1,2153	1,2268	1,2235	1,2683
Amapá	0,1010	0,1243	0,1461	0,1690	0,1794	0,1960
Tocantins	0,3027	0,3213	0,3313	0,3728	0,3457	0,3634
NORDESTE	9,7710	9,7880	9,9788	10,0379	10,2819	11,5451
Maranhão	0,5909	0,6694	0,7340	0,7598	0,8181	0,9154
Piauí	0,3225	0,3353	0,3611	0,3709	0,3771	0,4534
Ceará	1,4602	1,4455	1,3719	1,3953	1,4982	1,6104
Rio Grande do Norte	0,5569	0,5588	0,6312	0,6674	0,6878	0,7013
Paraíba	0,5076	0,5350	0,5497	0,5771	0,5914	0,6365
Pernambuco	1,7131	1,7602	1,8241	1,9320	1,9163	2,8418
Alagoas	0,5796	0,5315	0,5478	0,5619	0,5623	0,5913
Sergipe	0,4083	0,4053	0,3682	0,3905	0,4174	0,4556

Continua

TABELA 26 – Brasil – Participação dos Estados e Regiões no Saldo Total das Operações de Crédito. Posição em Final de Dezembro – 2004 a 2009.

Em % Conclusão

Regiões/Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Bahia	3,6319	3,5470	3,5909	3,3831	3,4132	3,3393
SUDESTE	57,1887	56,7055	56,9419	57,4944	57,2088	57,1611
Minas Gerais	7,8791	8,1128	8,3349	8,5032	8,6151	8,5078
Espírito Santo	1,8320	1,7894	1,9040	1,9508	1,8003	1,6623
Rio de Janeiro	9,9196	9,9528	10,8411	11,0358	12,1635	13,5651
São Paulo	37,5581	36,8506	35,8620	36,0045	34,6299	33,4259
SUL	19,6589	20,0531	19,7778	19,4699	19,3778	18,3390
Paraná	7,1118	7,1496	7,1866	7,0442	7,0739	6,6961
Santa Catarina	4,6569	4,7835	4,8577	4,9142	5,1079	4,8579
Rio Grande do Sul	7,8902	8,1199	7,7334	7,5115	7,1960	6,7850
CENTRO-OESTE	10,0974	10,0857	9,8036	9,5089	9,5947	9,3263
Mato Grosso do Sul	1,3681	1,4425	1,3858	1,3249	1,4785	1,4577
Mato Grosso	2,9300	2,9068	2,6514	2,4772	2,3949	2,2988
Goiás	2,8341	2,9211	3,0255	3,0970	3,0477	2,9478
Distrito Federal	2,9651	2,8153	2,7409	2,6099	2,6736	2,6220
BRASIL	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Bacen/Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Economia Regional/Crédito.

Nota: As operações de crédito por estado, segundo o Bacen, correspondem aos empréstimos com saldos superiores a R\$ 5 mil, relativas às carteiras de crédito dos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. O agregado dos valores regionais corresponde em torno de 90% da carteira de crédito de todas as instituições financeiras do país.

TABELA 27 – Brasil – Participação dos Estados e Regiões no PIB 2004 a 2009.

Em %

Regiões/Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	4,9453	4,9571	5,0641	5,0192	5,0192	5,0192
Rondônia	0,5800	0,6000	0,5532	0,5637	0,5637	0,5637
Acre	0,2030	0,2088	0,2040	0,2165	0,2165	0,2165
Amazonas	1,5614	1,5533	1,6526	1,5790	1,5790	1,5790
Roraima	0,1448	0,1481	0,1545	0,1566	0,1566	0,1566
Pará	1,8317	1,8219	1,8725	1,8602	1,8602	1,8602
Amapá	0,1981	0,2031	0,2220	0,2263	0,2263	0,2263

Continua

TABELA 27 – Brasil – Participação dos Estados e Regiões no PIB 2004 a 2009.

Em % Conclusão

Regiões/Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Tocantins	0,4264	0,4220	0,4053	0,4169	0,4169	0,4169
NORDESTE	12,7243	13,0654	13,1296	13,0685	13,0685	13,0685
Maranhão	1,1128	1,1799	1,2079	1,1876	1,1876	1,1876
Piauí	0,5056	0,5183	0,5397	0,5312	0,5312	0,5312
Ceará	1,8989	1,9064	1,9541	1,8912	1,8912	1,8912
Rio Grande do Norte	0,8025	0,8322	0,8675	0,8614	0,8614	0,8614
Paraíba	0,7738	0,7856	0,8420	0,8342	0,8342	0,8342
Pernambuco	2,2669	2,3249	2,3420	2,3393	2,3393	2,3393
Alagoas	0,6639	0,6585	0,6646	0,6686	0,6686	0,6686
Sergipe	0,6267	0,6253	0,6383	0,6349	0,6349	0,6349
Bahia	4,0733	4,2342	4,0735	4,1202	4,1202	4,1202
SUDESTE	55,8319	56,5314	56,7851	56,4070	56,4070	56,4070
Minas Gerais	9,1334	8,9715	9,0633	9,0666	9,0666	9,0666
Espírito Santo	2,0715	2,1992	2,2274	2,2673	2,2673	2,2673
Rio de Janeiro	11,4831	11,5040	11,6197	11,1510	11,1510	11,1510
São Paulo	33,1439	33,8567	33,8747	33,9221	33,9221	33,9221
SUL	17,3916	16,5893	16,3153	16,6390	16,6390	16,6390
Paraná	6,3061	5,8995	5,7656	6,0714	6,0714	6,0714
Santa Catarina	3,9863	3,9733	3,9311	3,9312	3,9312	3,9312
Rio Grande do Sul	7,0992	6,7164	6,6186	6,6363	6,6363	6,6363
CENTRO-OESTE	9,1070	8,8569	8,7059	8,8664	8,8664	8,8664
Mato Grosso do Sul	1,0871	1,0083	1,0273	1,0567	1,0567	1,0567
Mato Grosso	1,9037	1,7448	1,4880	1,6040	1,6040	1,6040
Goiás	2,4734	2,3535	2,4080	2,4503	2,4503	2,4503
Distrito Federal	3,6428	3,7502	3,7826	3,7555	3,7555	3,7555
BRASIL	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000	100,0000

Fonte: IBGE/ Sistema de Contas Regionais.

Nota: O IBGE divulgou a estimativa dos PIB'S estaduais até 2007. Para 2008 e 2009, admitiu-se a mesma participação observada em 2007.

**TABELA 28 – Brasil – Estimativa do Hiato de Crédito por Estado e Região
2004 a 2009.**

Em R\$ milhões

Regiões/Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
NORTE	6.876	7.964	9.690	12.414	15.998	17.465
Rondônia	1.022	1.185	1.049	1.243	1.549	1.413
Acre	456	453	386	554	646	271
Amazonas	2.603	2.688	3.222	4.605	5.584	7.444
Roraima	7	25	39	51	72	(147)
Pará	1.875	2.714	4.066	5.139	6.872	7.433
Amapá	402	395	469	465	506	380
Tocantins	512	504	458	358	768	671
NORDESTE	12.224	16.422	19.494	24.586	30.074	19.131
Maranhão	2.160	2.558	2.932	3.470	3.988	3.418
Piauí	758	917	1.105	1.300	1.662	976
Ceará	1.816	2.310	3.602	4.023	4.242	3.526
Rio Grande do Norte	1.017	1.370	1.462	1.574	1.874	2.011
Paraíba	1.102	1.255	1.809	2.086	2.620	2.483
Pernambuco	2.292	2.830	3.204	3.304	4.565	(6.311)
Alagoas	349	637	723	866	1.147	970
Sergipe	904	1.102	1.671	1.982	2.347	2.251
Bahia	1.827	3.444	2.986	5.980	7.629	9.806
SUDESTE	(5.616)	(873)	(970)	(8.821)	(8.653)	(9.470)
Minas Gerais	5.192	4.303	4.507	4.570	4.873	7.017
Espírito Santo	991	2.054	2.001	2.567	5.040	7.597
Rio de Janeiro	6.472	7.772	4.817	935	(10.927)	(30.316)
São Paulo	(18.271)	(15.002)	(12.295)	(16.894)	(7.639)	6.232
SUL	(9.385)	(17.356)	(21.423)	(22.966)	(29.558)	(21.350)
Paraná	(3.335)	(6.264)	(8.792)	(7.892)	(10.819)	(7.844)
Santa Catarina	(2.776)	(4.060)	(5.733)	(7.974)	(12.699)	(11.638)
Rio Grande do Sul	(3.274)	(7.033)	(6.897)	(7.100)	(6.040)	(1.868)
CENTRO-OESTE	(4.100)	(6.158)	(6.791)	(5.213)	(7.861)	(5.776)

Continua

TABELA 28 – Brasil – Estimativa do Hiato de Crédito por Estado e Região
2004 a 2009. Em R\$ milhões Conclusão

Regiões/Estados	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Mato Grosso do Sul	(1.163)	(2.176)	(2.218)	(2.176)	(4.553)	(5.036)
Mato Grosso	(4.248)	(5.822)	(7.198)	(7.084)	(8.536)	(8.726)
Goiás	(1.493)	(2.844)	(3.821)	(5.246)	(6.448)	(6.248)
Distrito Federal	2.805	4.685	6.445	9.293	11.676	14.234

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Bacen/Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Economia Regional/Crédito; IBGE/Sistema de Contas Regionais.

10 – CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL – IMPACTOS SOBRE A INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA E O PAPEL DOS BANCOS PÚBLICOS

A crise financeira internacional, iniciada em meados de 2007 nos Estados Unidos, teve como gênese a crise dos créditos *subprime*⁷ no mercado imobiliário (inadimplência elevada por conta de excesso de crédito concedido). Em setembro do ano seguinte, com a decretação da falência do banco norte-americano Lehman Brothers, a crise assumiu proporções inimagináveis, espalhando pânico e perplexidades generalizadas nos mercados globais, encontrando paralelo apenas com a grande depressão de 1929. Nos países centrais, notadamente nos Estados Unidos, a intermediação financeira praticamente entrou em colapso, em virtude do elevado grau de incerteza e da volatilidade dos mercados.

No último trimestre de 2008, a crise financeira global já havia contaminado o lado real da economia, com quedas na produção, na renda, no emprego e deflação em alguns países centrais.

Para combater os efeitos da crise e a recessão econômica que começaram a se instalar, especialmente nos Estados Unidos, na Europa e no Japão, foram elaborados, pelos governos, planos bilionários para socorrer bancos, montadoras de veículos e companhias de seguros e de crédito, além de programas de investimentos em obras de infraestrutura, assegurados pela formação de fundos financiados com recursos públicos, como política governamental anticíclica, de inspiração tipicamente keynesiana.

Ademais, para minimizar os efeitos perversos da crise financeira e seus desdobramentos, os países centrais também passaram a praticar intervenções no âmbito monetário, ao adotar a política ZIRP (*zero interest rate policy*). Essa

⁷ Termo empregado para designar uma forma de crédito hipotecário para o setor imobiliário, surgida nos Estados Unidos e destinada a tomadores de empréstimos que representavam maior risco. Esses créditos tinham como garantia a residência do tomador e, muitas vezes eram acoplados à emissão de cartões de crédito ou a aluguel de carros. Para os credores, os empréstimos *subprime* eram considerados como individualmente arriscados, mas, coletivamente, seguros e rentáveis. A estimativa de rentabilidade baseava-se em uma hipótese de alta regular do preço dos imóveis, o que vinha acontecendo nos Estados Unidos, desde 1945. Assim, se um devedor se tornasse inadimplente, era sempre possível revender a propriedade com lucro. Entretanto, a elevação da inadimplência dos credores de alto risco expandiu a oferta de imóveis dados em garantia e provocou a queda do seu preço, violando assim a hipótese que dava sustentação ao modelo, instalando, dessa forma, a crise no setor imobiliário norte-americano.

ação de taxas de juro zero, ou um pouco acima desse valor, teve como objetivo explícito restabelecer os níveis de consumo e investimento e melhorar as expectativas dos agentes econômicos.

Entretanto, a partir de abril de 2009, houve uma freada no declínio de indicadores relevantes da economia mundial, como produção industrial, vendas no varejo, exportações de mercadorias e compras do setor manufatureiro. Dito de outra forma, referidos indicadores começaram a registrar uma reversão de tendência da curva, sugerindo que o “fundo do poço” foi atingido no citado mês, marcando assim o início da recuperação da economia mundial.

Por outro lado, o FMI, no seu relatório de outubro de 2009 (World Economic Outlook), informava que “a economia mundial parece expandir-se de novo, empurrada pelo forte desempenho das economias asiáticas e a estabilização ou modesta recuperação no resto do planeta”.

No Brasil, a maior intensidade dos efeitos negativos da crise financeira internacional durou seis meses, com taxas negativas de crescimento do PIB no quarto trimestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009. O segundo trimestre de 2009 marcou a volta do crescimento da economia brasileira, segundo informações fornecidas pelo IBGE. Aliás, ainda segundo o FMI, a recuperação da América Latina começou no segundo trimestre de 2009, liderada pelo Brasil.

Em âmbito nacional, os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o mercado de crédito foram mais atenuados, tendo em vista algumas especificidades (moderado grau de alavancagem, pequena exposição ao risco e controles eficientes exercidos pelo Banco Central) e da pronta ação do governo federal, mediante a implementação de políticas monetárias tempestivas e eficientes (redução dos depósitos compulsórios, aumento do redesconto e redução da taxa básica de juros) e da ação dos bancos públicos, que ampliaram bastante suas operações de crédito, compensando quase que totalmente a redução das operações dos bancos privados.

Na prática, o sistema bancário nacional experimentou uma leve retração apenas no fim de 2008, começando a recuperar-se a partir de fevereiro do ano seguinte. Em julho de 2009, já exibiu um robusto resultado, tanto para as operações de crédito como para os depósitos bancários. Entretanto, foram anotados alguns efeitos colaterais da crise financeira internacional, captados por pequena deterioração na qualidade do crédito, explicitada por elevações nas taxas de risco, inadimplência e provisões.

Convém destacar que, no Brasil, a retração da oferta de crédito bancário foi provocada praticamente pelos bancos privados (nacionais e estrangeiros) e atingiu mais fortemente as empresas ligadas ao comércio exterior e as de menor porte. As grandes empresas, por seu turno, conseguiram substituir, embora parcialmente, as linhas de crédito externas por fontes internas, especialmente as provenientes dos bancos oficiais.

De uma forma resumida, os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o sistema bancário nacional podem ser listados a seguir:

- a) o seu impacto foi reduzido, com pequenas quedas no saldo das operações de crédito e de depósitos bancários, especialmente no fim de 2008, começando a recuperar-se a partir de fevereiro de 2009;
- b) no grupo do crédito referencial, atingiu mais fortemente as operações destinadas a pessoas jurídicas, que apresentaram uma leve redução em 2009. As operações destinadas a pessoas físicas não foram afetadas pelos efeitos da crise e continuaram em expansão, puxadas pelo comportamento ascendente do crédito consignado;
- c) repercutiu de forma assimétrica sobre a natureza do capital dos bancos (redução das operações de crédito dos bancos privados e ampliação nos bancos públicos) e sobre a orientação do mercado das empresas (as ligadas ao comércio exterior tiveram mais dificuldades em obter linhas de crédito do que as empresas voltadas para o comércio interno);
- d) o sistema bancário nacional mostrou-se forte diante da crise, ao exibir moderado grau de alavancagem, pequena exposição ao risco e controles eficientes exercidos pelo Banco Central;
- e) a pronta e eficiente política monetária adotada pelo governo federal (redução dos depósitos compulsórios, aumento do redesconto e redução da taxa básica de juros da economia) amorteceu o impacto da crise financeira global sobre o sistema bancário nacional.

Para dar números aos comentários já realizados neste tópico, no fim de julho de 2009, quando o sistema financeiro nacional passou a exibir resultados robustos, as operações de crédito realizadas pela banca privada (incluindo as instituições nacionais e estrangeiras) apresentaram um incremento de 9,5%, na comparação anual, de acordo com informações fornecidas pelo Banco Central.

Os bancos oficiais, entretanto, expandiram seus empréstimos em 41,0%, índice mais de quatro vezes superior ao dos bancos privados. Em decorrência desse quadro, a participação dos bancos públicos no total dos empréstimos concedidos no país, que era de 34,3%, em julho de 2008, aumentou para 40,2%, ao tempo em que a participação dos bancos privados caiu de 65,7%, para 59,8%.

Esses números comportam pelo menos duas observações. A primeira, os efeitos negativos da crise financeira internacional sobre o sistema bancário brasileiro foram minimizados pela expansão das operações de crédito dos bancos oficiais e pela pronta e eficiente política monetária adotada pelo governo federal. A segunda, o mercado de crédito nacional pode apresentar resultados ainda melhores no futuro próximo, quando os bancos privados voltarem a registrar o comportamento de forte expansão, que marcou o período de pré-crise. A propósito, vale recordar que, até o fim de 2007, a taxa de crescimento das operações de crédito da banca privada era quase o dobro da registrada pelos bancos públicos.

Conduzindo os comentários para o âmbito regional, pode-se afirmar agora, olhando para o passado, que os impactos negativos da crise financeira global foram mais fortes sobre a economia brasileira do que sobre a economia do Nordeste. Na fase recessiva, a queda nos indicadores econômicos da Região foi menor do que para o País. Na fase de recuperação, os resultados positivos para a economia do Nordeste foram superiores aos da economia brasileira.

Algumas pistas podem ser levantadas para tentar explicar essa diferença de impacto. De uma maneira mais ampla, o que antes era apontado como desvantagem para o Nordeste, passou a ser identificado como uma vantagem relativa e provisória, após a eclosão da crise global. Desse modo, a economia regional apresentou algumas características que lhes foram favoráveis, relativamente à brasileira:

- a) menor grau de abertura comercial para o exterior;
- b) menor peso relativo da intermediação financeira na economia;
- c) maior participação do setor público na formação da renda regional, notadamente pelos programas governamentais de transferência de renda.

Apenas para relembrear, o estreitamento do mercado de crédito e a redução no comércio internacional de bens e serviços, ao lado da deterioração das expectativas dos agentes econômicos, foram os principais canais de trans-

missão da crise financeira internacional para a economia brasileira. No primeiro caso, o menor grau de abertura da economia nordestina em relação à brasileira deixou a economia regional menos dependente das oscilações do comércio internacional. De outra parte, o Nordeste também exibe uma menor participação da intermediação financeira na sua economia, comparativamente à média nacional. Como o sistema bancário foi um dos segmentos mais afetados pela crise financeira global, o impacto no Nordeste foi mais atenuado, devido à sua menor participação na economia.

Olhando-se agora a crise financeira global pelo retrovisor, pode-se afirmar que a intermediação financeira no Nordeste praticamente não foi afetada. Regionalmente, os bancos públicos, que respondem por cerca de dois terços das operações de crédito, foram os responsáveis por essa imunização à crise, ampliando não só seus empréstimos, como sua participação no mercado de crédito nordestino, contribuindo assim para a manutenção dos canais de crédito para o financiamento das atividades econômicas da Região. A boa notícia é que, no Nordeste, os bancos privados, depois de uma pequena retração no fim de 2008, também voltaram a expandir seus empréstimos.

No fim de julho de 2009, quando foram anotados sinais robustos de expansão do sistema financeiro, as operações de crédito realizadas no Nordeste pelos bancos privados experimentaram um incremento de 18,8%, ao tempo em que os bancos oficiais aumentaram seus empréstimos em 32,6%, na comparação anual. Em decorrência, a participação dos bancos públicos no total do crédito do Nordeste passou de 63,5%, em julho de 2008, para 66,0%, em julho de 2009, enquanto a banca privada viu sua parcela sofrer uma pequena redução, caindo de 36,5%, para 34,0%.

Outra questão relevante que merece ser destacada é o maior crescimento das operações de crédito no Nordeste, comparativamente ao Sudeste e mesmo à média do País, considerando-se o total do sistema financeiro, que, como se recorda, é mais abrangente do que o sistema bancário. No período compreendido entre dezembro/2007 e dezembro/2009, que abarca todo o período da crise financeira internacional e a volta à normalidade, o saldo das operações de crédito do Nordeste apresentou a maior taxa de crescimento entre as regiões brasileiras, com a marca de 78,0%, enquanto no Sudeste a expansão foi de 53,9% e a média nacional ficou em 54,8%.

Esses resultados merecem algumas explicações. No Nordeste, os bancos públicos respondem, em média, por cerca de dois terços das operações de crédito e o terço restante fica por conta da banca privada, valendo lembrar que, na análise desenvolvida no presente capítulo, estão consideradas todas as operações de crédito do sistema financeiro, inclusive as do BNDES e dos fundos constitucionais (FNE, FNO e FCO). No Sudeste e na média nacional, há um grande predomínio dos bancos privados, com algo em torno de 60% e os 40% restantes com os bancos públicos. Para combater os efeitos negativos da crise financeira internacional, iniciada em setembro de 2008, uma das políticas anticíclicas adotadas pelo governo federal foi autorizar o aumento das operações de crédito dos bancos oficiais, para compensar o “empocamento do crédito” ocorrido nos bancos privados, que se mostravam cautelosos diante das incertezas do mercado.

O Nordeste, por ter uma participação preponderante dos bancos oficiais, que expandiram significativamente seus volumes de operação, logicamente aumentou sua fatia no total da oferta de crédito do sistema financeiro. O Sudeste, com predomínio da banca privada, que adotou uma postura de “preferência pela liquidez”, perdeu posição no total do crédito do País, no decorrer da crise financeira internacional. Assim, o ganho de posição do Nordeste e a perda de representatividade do Sudeste deveram-se ao crescimento das operações de crédito dos bancos públicos (no Nordeste) e ao comportamento conservador dos bancos privados (no Sudeste).

TABELA 29 – Regiões Brasileiras – Taxa de Crescimento das Operações de Crédito. Posição em Final de Dezembro – 2007 a 2009. Em %

Regiões	Crescimento no Período, em %		
	2008/2007	2009/2008	2009/2007
Norte	34,9	19,4	61,0
Nordeste	36,3	30,7	78,0
Sudeste	32,4	16,3	53,9
Sul	32,4	10,1	10,1
Centro-Oeste	34,2	13,1	51,8
BRASIL	33,0	16,4	54,8

Fonte: Elaboração do autor conforme dados do Bacen/Sistema Gerenciador de Séries Temporais/Economia Regional/Crédito.

Nota: As operações de crédito por estado, segundo o Bacen, correspondem aos empréstimos com saldos superiores a R\$ 5 mil, relativas às carteiras de crédito dos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil. O agregado dos valores regionais corresponde em torno de 90% da carteira de crédito de todas as instituições financeiras do país.

Em resumo, o sistema bancário brasileiro conseguiu fazer uma travessia sobre as intempéries da crise financeira internacional sem impactos significativos, comparativamente às dificuldades enfrentadas especialmente pelos países centrais. De uma forma geral, o mercado de crédito nacional, no fim de 2009, voltou a operar em condições próximas das observadas no momento de pré-crise. Conforme já comentado, esse resultado deveu-se a algumas especificidades (moderado grau de alavancagem, pequena exposição ao risco e controles eficientes exercidos pelo Banco Central) e da pronta ação do governo federal, mediante a implementação de políticas monetárias tempestivas e eficientes (redução dos depósitos compulsórios, aumento do redesconto e redução da taxa básica de juros) e da ação dos bancos públicos, que ampliaram bastante suas operações de crédito, compensando quase que totalmente o menor crescimento das operações da banca privada, ocorrido durante a crise financeira global.

Para finalizar, a expansão das operações de crédito no país tem se realizado de forma consistente e saudável. O incremento está ocorrendo principalmente em modalidades de menor risco para os bancos, a partir do incremento da base de clientes, com moderado crescimento do endividamento médio dos tomadores e redução da concentração da carteira. Nada obstante esse conjunto de fatos positivos, o Banco Central chama a atenção para a necessidade de aprimoramento do marco regulatório, dos critérios de concessão das operações e dos processos de gestão do risco de crédito.

11 – AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS DE CRÉDITO DO BNB

O Banco do Nordeste exerce um papel de grande relevância para o desenvolvimento regional, especialmente no que se refere aos financiamentos de longo prazo e como gestor de programas de crédito específicos para a Região.

A presença do BNB no âmbito do sistema bancário nordestino torna-se mais forte quando são acrescentadas ao primeiro as operações de crédito realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Desse modo, o conjunto formado pelo BNB e FNE, no fim de 2009, respondeu por 29,7% de todo o crédito bancário concedido na Região, sendo responsável ainda por 58,8% de todos os financiamentos concedidos à indústria, comércio e serviços e por 73,9% de todo crédito rural realizado no Nordeste.

Ademais, no referido grupo, 79,4% de seus empréstimos eram representados por operações de longo prazo, índice que demonstra a importância do BNB para o financiamento do desenvolvimento regional. Apenas para fazer um contraponto, as operações de longo prazo realizadas pelo sistema bancário nordestino representavam 35,4% do total, menos da metade do percentual registrado pelo Banco do Nordeste.

Nada obstante a esses resultados, foi demonstrada em capítulos anteriores a ação diferenciada do BNB não foi suficiente para compensar as transferências de recursos do Nordeste para outras áreas do País, realizadas pelo funcionamento da intermediação financeira.

De qualquer forma, é apresentada a seguir uma avaliação de impacto dos principais programas de crédito do BNB, notadamente no que respeita à geração de renda e emprego, combate à pobreza, interiorização do desenvolvimento e aumento da competitividade das empresas regionais.

11.1 – Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma política pública criada em 1996 pelo Decreto 1946, que teve suas diretrizes

consolidadas na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a qual estabelece a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Dessa maneira, o Pronaf tem por objetivo fortalecer a agricultura familiar mediante o financiamento da infraestrutura de produção e de serviços agropecuários e de atividades rurais não-agropecuárias, com o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, com vistas à geração de ocupação e renda, promovendo o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida dos agricultores.

A avaliação dos impactos econômicos e sociais do Pronaf, apresentada neste capítulo, está baseada em documento elaborado pelo BNB/ETENE (2010f).

Na referida publicação, é feita uma avaliação do Pronaf, usando-se como instrumento a Matriz de Insumo-Produto (MIP) para o Nordeste brasileiro. Como variável de entrada, a MIP trabalhou com o valor das contratações realizadas pelo BNB, no período de 2003 a outubro de 2009. As variáveis de saída, ou indicadores de mensuração de impactos, são listadas a seguir:

- a) Valor Bruto da Produção (VBP);
- b) Valor Agregado, ou renda (VA);
- c) Geração de empregos (diretos e indiretos);
- d) Geração de salários;
- e) Arrecadação de tributos.

Antes da apresentação dos resultados da avaliação, convém fazer algumas explicações superficiais para facilitar o entendimento do leitor, não iniciado em conceitos de Contas Nacionais/Regionais e em MIP.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) assemelha-se a uma fotografia que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços e quais setores comprem. Observando-se esse fluxo de produtos e serviços entre diferentes setores da economia, é possível identificar as inter-relações econômicas entre cada setor (BNB, 2010f).

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica construído a partir da estimação de fluxos comerciais entre os estados do Nordeste e entre estes e o restante do país, além de utilizar-se de informações sobre o estoque de empregos, exportações e importações fornecidos por diversas instituições de pesquisas nacionais e estaduais.

Desse modo, a MIP representa um instrumento muito poderoso para estimação de impactos decorrentes de intervenções no sistema econômico de um país ou região, na forma de variações no investimento, no consumo das famílias e do governo e nas exportações.

O valor bruto da produção (VBP) é equivalente ao valor de todas as matérias-primas e insumos (consumo intermediário) utilizados na produção, acrescido do valor final do bem ou serviço.

O valor agregado (VA) corresponde a tudo que foi acrescentado, transformado ou incorporado no processo produtivo, sendo equivalente ao preço do bem ou serviço final. Está também associado ao valor de todas as remunerações de fatores pagas para a produção final desse bem ou serviço. O valor agregado também pode ser obtido subtraindo-se do valor bruto da produção (VBP) o valor de todos os insumos e matérias-primas (consumo intermediário) utilizados na sua fabricação.

No período de 2003 a outubro de 2009, as aplicações do Banco do Nordeste no Pronaf foram da ordem de R\$ 8,1 bilhões, a preços de outubro de 2009. Do referido valor, uma parte foi identificada como parcela de custeio e alimentou a MIP como aumento da demanda final. A outra parte, de maior magnitude, alimentou a MIP como investimento, sendo identificados os setores que foram beneficiados com as aplicações do programa.

Essas duas modalidades de gastos (custeio e investimento) alimentaram a MIP e geraram os impactos econômicos e sociais, no Nordeste e no restante do País, que estão resumidos na Tabela 30.

No período considerado, as contratações do Pronaf, no valor de R\$ 8,1 bilhões, geraram como resultado R\$ 32,7 bilhões no valor bruto da produção (VBP), considerando os efeitos sobre a área de atuação do BNB (Maranhão até a Bahia e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo) e no restante do Brasil. Isso significa que, para cada R\$ 1 milhão aplicados pelo Pronaf são gerados R\$ 4 milhões em VBP, esse resultado põe em relevo os impactos gerados e a importância econômica do programa.

Decompondo-se esses efeitos em termos espaciais, cerca de 58,5% (R\$ 19,1 bilhões) do VBP total foram internalizados na área de atuação do BNB, enquanto a parcela restante de 41,5% (R\$ 13,6 bilhões) foi transferida para o resto do Brasil. Essa elevada fração de transferência para outras áreas, que pode ser também interpretada como vazamento de efeitos, é explicada pela dependência do Nordeste por insumos e matérias-primas oriundas de outras regiões do País.

Dito de outra forma, apenas um pouco mais da metade dos efeitos econômicos decorrentes das aplicações do Pronaf é internalizada na área de atuação do BNB e o restante é transferido para outras áreas, na forma de vazamento de impacto.

TABELA 30 – Avaliação dos Impactos das Contratações do Pronaf sobre a Área de atuação do BNB⁽¹⁾ e no Resto do País. Efeitos Diretos, Indiretos e de Renda. Período de 2003 a Outubro de 2009.

Em R\$ bilhões de Outubro de 2009

Variáveis	Efeitos	
	Tipo I	Tipo II
Valor Contratado	8,10	8,10
a) Repercussões econômicas área atuação do BNB		
Valor Bruto da Produção	8,10	19,11
Valor Agregado/Renda	4,93	11,16
Empregos Criados (em número de pessoas)	833.634	1.347.238
Salários Pagos	1,16	2,99
Arrecadação de Tributos	0,94	2,74
b) Repercussões econômicas - Resto do Brasil		
Valor Bruto da Produção	..	13,57
Valor Agregado/Renda	..	5,63
Empregos Criados (em número de pessoas)	..	239.908
Salários Pagos	..	1,74
Arrecadação de Tributos	..	2,59
c) Repercussões econômicas - TOTAL (a + b)		
Valor Bruto da Produção	..	32,68
Valor Agregado/Renda	..	16,79
Empregos Criados (em número de pessoas)	..	1.587.146
Salários Pagos	..	4,73
Arrecadação de Tributos	..	5,33

Fonte: BNB / Etene (Vidal, 2010).

Notas: ⁽¹⁾ A área de atuação do BNB inclui os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, além das porções norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Os efeitos do Tipo I, ou diretos, ocorrem apenas no âmbito das empresas beneficiárias do financiamento do PRO-NAF e, por consequência, restritos à área de atuação do BNB.

Os efeitos Tipo II (diretos, indiretos e de renda) são gerados pelas interrelações econômicas entre os diversos setores da MIP do Nordeste e representam os impactos totais sobre toda a economia da Região e para o resto do País.

Assim, para que os vazamentos sejam reduzidos, faz-se necessário que o Nordeste adense suas cadeias produtivas, particularmente a produção de máquinas, insumos e implementos agropecuários, além de fortalecer a interação econômica e comercial entre os estados da Região (BNB, 2010f).

Por outro lado, o valor contratado pelo Pronaf (R\$ 8,1 bilhões) gerou, no período analisado, um impacto total de R\$ 16,8 bilhões em valor agregado/renda. Desse montante, cerca de dois terços (R\$ 11,2 bilhões) foi internalizado na área de atuação do BNB, enquanto o terço restante (R\$ 5,6 bilhões) foi transferido para outras áreas do País. A transferência de impactos de valor agregado/renda para os demais estados é relativamente menor do que no caso anterior do VBP. A explicação para essa diferença é que a economia nordestina e as áreas norte de Minas Gerais e do Espírito Santo estão mais estruturadas para atender a demanda final, isto é, as cadeias produtivas de maior importância são as de bens de consumo final.

Outra variável relevante de impacto foi a geração de emprego proporcionada pelas aplicações do Pronaf. No período considerado, foram gerados cerca de 1,6 milhão de empregos. Desse total, a metade foi de empregos diretos e outra metade de empregos indiretos. Especialmente, a maior parcela (84,9%) dos empregos totais gerados ficou na área de atuação do BNB.

Ligado ao emprego também aparece outra variável relevante, que é a massa de salários pagos. Em decorrência das aplicações do Pronaf, estima-se que foram pagos cerca de R\$ 4,7 bilhões de salários no período sob análise, sendo a maior parcela (63,2%) auferida na área de atuação do BNB.

Para finalizar, as contratações do Pronaf também geram um efeito sobre a arrecadação de tributos⁸. Assim, no período considerado, estima-se que foram arrecadados R\$ 5,3 bilhões em impostos e contribuições. Do referido montante, cerca da metade foi internalizada na área de atuação do BNB e a outra metade foi transferida para outras áreas do País, representando vazamento tributário. Como a carga de tributos incide sobre a produção, esse resultado da transferência de impostos também reflete os vazamentos de impactos que foram detectados para o VBP, comentados no início deste capítulo.

⁸ A arrecadação tributária considerada corresponde à soma dos seguintes tributos: Cofins, ICMS, Imposto de Importação, PIS/Pasep, IPI, CSLL, IRPJ e outros pagamentos que incidem sobre a produção.

Pelo que foi comentado, duas leituras podem ser feitas sobre o Pronaf. A primeira é que as atividades desenvolvidas no âmbito do Programa são intensivas em mão-de-obra, contribuindo assim para a geração de ocupação na área rural e reduzindo a migração do homem do campo para áreas urbanas, já densamente povoadas. A segunda é que o custo médio para criação de emprego é extremamente baixo, significando que, para cada R\$ 5 mil aplicados no Programa, gera-se uma nova ocupação.

11.2 – Crediamigo

O Crediamigo é um programa de microcrédito produtivo e orientado, criado pelo BNB em abril de 1998, tendo por objetivo conceder crédito de maneira rápida e com pouca burocracia para microempreendedores dos estados nordestinos, norte de Minas Gerais e Espírito Santo, Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro.

Atualmente, é o maior programa de microcrédito de um banco público no Brasil e o segundo na América Latina e seus empréstimos têm crescido a taxas superiores às de iniciativas semelhantes no resto do mundo.

O programa permite o acesso ao crédito por parte da população de baixa renda, graças à metodologia do aval solidário, também chamado de colateral social, em que três a dez nanoempreendedores, interessados no crédito, formam um grupo que se responsabiliza pelo pagamento integral dos empréstimos tomados, à semelhança de “um por todos e todos por um”, contornando, dessa forma, a questão da garantia bancária tradicional, uma das maiores limitações ao acesso ao crédito das populações mais carentes.

Ademais, o Crediamigo é caracterizado por oferecer um serviço personalizado aos seus clientes, atendendo-os no próprio local em que eles desenvolvem seu empreendimento. O crédito contratado é liberado integralmente em até sete dias. Os primeiros empréstimos variam de R\$ 100,00 a R\$ 4.000,00, conforme as necessidades do microempreendedor e o porte do negócio, podendo ser renovados e evoluir até R\$ 15.000,00, dependendo de sua capacidade de pagamento e estrutura. Os prazos de pagamento dos empréstimos são de 12 meses para capital de giro e de até 36 meses para investimentos fixos, podendo os reembolsos ser parcelados em pagamentos semanais, quinzenais ou mensais.

Desde sua criação, em abril de 1998 até dezembro de 2009, as contratações acumuladas do programa atingiram R\$ 6,1 bilhões, com 6,3 milhões de

operações realizadas, atendendo a uma carteira ativa formada por 1,2 milhão de clientes. O programa exibe ainda algumas características relevantes. É formado por uma clientela predominantemente feminina (65%), apresenta uma grande abrangência e capilaridade entre as populações de baixa renda, por conta de um reduzido valor médio por operação (R\$ 972,89 na média histórica) e ostenta um baixo índice de inadimplência (1,1% em dezembro/2009), bem inferior ao índice para operações de crédito para pessoas físicas no Nordeste (5,7%).

A avaliação dos resultados decorrentes das aplicações do Crediamigo que será apresentada a seguir representa uma compilação das principais constatações de dois trabalhos elaborados pelo economista Marcelo Neri⁹ (2008a e 2010b).

Segundo o autor, foram feitos vários ensaios, utilizando a base de dados da pesquisa Economia Informal Urbana (Ecif), criada pelo IBGE para conhecer a dimensão e o papel do setor informal na economia brasileira. Os resultados encontrados, utilizando-se a metodologia de diferenças em diferenças, identificou, para o Nordeste, um crescimento do acesso ao crédito estatisticamente significativo e robusto superior à média do resto do País, no período de 1997 a 2003. De acordo com o autor, o que explicou o melhor desempenho do Nordeste ao acesso aos empréstimos bancários, em relação ao resto do País, foi a criação do Crediamigo, que coincide com o período tomado para análise.

Em seguida, foram incorporadas algumas variáveis de controle, como educação, sexo e idade do microempreendedor, objetivando determinar se a melhora diferenciada no Nordeste não ocorreu devido à mudança no perfil do microempreendedor. Os resultados encontrados mostraram que o Crediamigo atingiu sucesso, ampliando, de forma diferenciada, o crédito na Região e segmentos onde atua independentemente das características do nanoempresário e de seu empreendimento. Dito de outra forma, o Crediamigo foi o responsável-chave pelo crescimento diferenciado do microcrédito nas áreas urbanas mais pobres do país.

Além de ser um programa que atua em áreas predominantemente urbanas e contar com um diferencial representado pelo colateral social, ou aval solidário, o Crediamigo apresenta outros resultados importantes de avaliação, segundo o autor já referido:

9 Chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Os dois trabalhos são: Microcrédito, o Mistério Nordestino e o *Grammen* Brasileiro e Experimentando Microcrédito: uma Análise de Impacto do Crediamigo no Acesso a Crédito.

- a) Sustentabilidade - Na média, o programa gera um lucro para o BNB de cerca de cinquenta reais/ano por operação realizada, levando-se em conta todos os custos operacionais, inclusive o de oportunidade financeira;
- b) Retorno Privado - Foi constatado, para as pequenas unidades produtivas servidas pelo programa, taxas de crescimento de faturamento e de lucro, entre o primeiro e o último empréstimo, da ordem de 35% e ampliação em 15% do consumo familiar, com redução da dependência de outras fontes de renda, sem que houvesse subsídio implícito ou explícito na operação. Exercícios controlados pelas características do empresário e do seu negócio indicaram que houve também substancial melhora das principais variáveis relativas ao desempenho dos negócios, tanto em termos de fluxo quanto de estoque;
- c) Foco nas Mulheres - Conforme já informado, cerca de 65% do público do Crediamigo é formado por mulheres, contra 35% de homens, resultado que inverte a proporção entre os sexos dos empreendedores urbanos no Nordeste, que são compostos por 65% de homens e 35% de mulheres. Por outras palavras, a proporção de gênero entre os clientes do programa está trocada, comparativamente ao que se observa para os nanoempresários urbanos da Região;
- d) Combate à Pobreza - O programa foi responsável pela retirada de uma parcela significativa dos seus beneficiários da linha de pobreza, levando-se em conta os conceitos estabelecidos pela Fundação Getúlio Vargas (60,8%), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (50,0%) e para o Salário Mínimo (48,1%). Foi demonstrado também que a saída da situação de pobreza entre os clientes do Crediamigo foi bastante elevada. A probabilidade de um cliente ultrapassar as linhas de pobreza especificadas aumenta consideravelmente a cada seis meses, quando ele se mantém como cliente ativo. Indivíduos com mais de cinco anos no programa têm uma probabilidade maior de deixar a condição de pobreza, variando de 35,7% a 40,7%, dependendo da linha utilizada, em relação aos clientes novatos. Ademais, outras evidências apontaram que o valor do primeiro crédito foi positivamente relacionado à saída da pobreza.

Em resumo, dadas as características de aval solidário, sustentabilidade, retorno privado, emancipação da pobreza, foco e retorno das mulheres e o fato

de ser responsável por mais de 60% do mercado brasileiro de microcrédito proporcionam ao Crediamigo a condição de pertencer ao rol das principais políticas públicas do País. O aspecto ímpar a ser ressaltado é o da sustentabilidade, tanto do ponto de vista financeiro do programa como das melhoras acarretadas nas vidas dos clientes, visto sob a ótica das empresas como das famílias dos microempresários, conclui Marcelo Neri.

11.3 – FNE

O Fundo Consitucional de Financiamento do Nordeste, instituído pelo art. 159, inciso I, alínea “c” da Constituição Federal e regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Nordeste, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o respectivo plano regional de desenvolvimento.

Os recursos do FNE são provenientes de 1,8% da arrecadação do imposto sobre a renda e do imposto sobre produtos industrializados. A Constituição Federal também estabeleceu que a metade dos recursos do Fundo deve ser aplicada na região semiárida do Nordeste, definida como “a região inserida na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800mm (oitocentos milímetros)”.

Atualmente, o FNE é operacionalizado por 12 programas de crédito, contemplando uma vasta gama de atividades da economia nordestina, indo da agropecuária, indústria, comércio, serviços, turismo, tecnologia, infraestrutura, meio ambiente, pesca e cultura.

Ademais, o FNE representa a principal fonte de recursos de médio e longo prazos para fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através do financiamento de empreendimentos produtivos do setor privado. Apenas para dar uma ordem de grandeza, no fim de 2009, foi responsável por 72,6% do total do saldo das operações de crédito do BNB. Sua atuação se dá por meio de programas de crédito que adotam prazos, carência, limites de financiamento, juros e outros encargos diferenciados ou favorecidos, em função dos aspectos sociais, econômicos, tecnológicos e espaciais dos empreendimentos.

A avaliação de resultados e impactos decorrentes da aplicação de recursos do Fundo, que será apresentada a seguir, representa uma compilação das principais

conclusões que foram extraídas de dois trabalhos constantes da Série Avaliação de Políticas e Programas do BNB, publicados pelo BNB/ETENE (2009a e 2009b).

Desde seu início, em 1989, até junho de 2009, os programas do FNE contrataram R\$ 56,3 bilhões, em valores corrigidos para o referido mês, sendo a maior parcela destinada ao setor rural (52,1%), vindo em seguida os setores industrial (25,1%), comércio e serviços (10,0%), infraestrutura (8,9%) e agroindústria (3,9%). Por porte das empresas financiadas, mais da metade do referido valor (53,7%) foi orientada às pequenas e médias empresas, cabendo a parcela restante (46,3%) para as grandes empresas, valendo esclarecer que, nesse último grupo, estão os empreendimentos de infraestrutura, normalmente associados a investimentos de valores mais elevados.

De uma forma geral, a análise da execução dos programas do FNE, no período sob comentário, demonstrou um bom nível de cumprimento das diretrizes, identificando-se que, mesmo com algumas exceções, os objetivos não foram prejudicados. As principais diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo estão apresentadas a seguir:

- a) aplicação de 50% dos recursos na região semiárida;
- b) concessão exclusiva de financiamento aos setores produtivos;
- c) tratamento preferencial às atividades produtivas de pequenos e miniprodutores rurais e pequenas e microempresas, às de uso intensivo de matérias-primas e mão-de-obra locais e às quais produzam alimentos básicos para consumo da população;
- d) preservação do meio ambiente;
- e) proibição de aplicação de recursos a fundo perdido;
- f) aplicar um mínimo de 4,5% por estado, exceto Espírito Santo, e um máximo de 30% por estado.

Estudos de avaliação de impactos realizados pelo BNB/ETENE (2009a) demonstram que o FNE tem exercido um papel relevante para a criação de empregos na Região, cujos resultados estão expressos na Tabela 31.

Assim, no período de 2000 a 2006, tendo por base as informações constantes do Rais/MTE, os empreendimentos financiados com recursos do Fundo apresentaram um crescimento na criação de novas oportunidades de em-

prego formal da ordem de 179,0%, bem superior à expansão dos empregos do conjunto das empresas que não receberam financiamento do FNE (37,9%), e ao incremento do emprego de todas as empresas da região (41,4%).

TABELA 31 – Índice de Crescimento do Estoque de Emprego das Empresas Financiadas pelo FNE, das não-Financiadas e do Total das Empresas do Nordeste e de Todos os Programas de Crédito do BNB. Período de 2000-2006. Em %

Setores/Programas do BNB	Empresas Financiadas	Empresas não-Financiadas	Total das Empresas
a) FNE			
Agricultura, pecuária, extrativismo e silvicultura	230,8	7,2	37,9
Indústria de transformação	159,7	28,8	41,2
Construção civil	130,0	25,7	28,0
Comércio	191,9	51,9	55,1
Serviços	224,0	36,2	39,2
TOTAL DO FNE	179,0	37,9	41,4
b) Todos Programas do BNB	74,4	39,6	41,4

Fonte: BNB/Etene, 2010b.

Até mesmo no âmbito dos financiamentos totais do BNB, as empresas assistidas com recursos do FNE apresentam maior capacidade de incremento no emprego formal (179,0%) do que a média das empresas financiadas pelo BNB, englobando todas as fontes de recursos (74,4%). Dito de outra forma, os empreendimentos financiados pelo FNE demonstraram uma capacidade de gerar emprego que supera a média das empresas nordestinas e até mesmo da média dos empreendimentos totais financiados pelo BNB.

Os impactos econômicos e sociais decorrentes das aplicações do FNE, no período de 1998 a 2008, usando-se a matriz de insumo-produto para o Nordeste, estão expressos na Tabela 32.

De acordo com o BNB (2009d), no referido período, as contratações do FNE alcançaram R\$ 42,6 bilhões (a preços de 2008) e geraram na área de atuação do Banco do Nordeste um impacto de R\$ 100 bilhões no valor bruto da produção (VBP), mais da metade desse valor foi obtido no setor rural (52,1%), vindo em se-

guida os setores industrial (24,6%), comércio e serviços (11,4%) e infraestrutura (9,1%), composição que acompanha a distribuição das aplicações, pelos setores beneficiários. Considerando-se as áreas de atuação do BNB e do restante do país, o efeito total no VBP foi de R\$ 170,2 bilhões. Dito de outra maneira, foram gerados internamente na área de atuação do BNB 58,7% dos impactos do VBP, enquanto a parcela restante (41,3%) vazou para outras áreas do País, na forma de compra de matérias-primas, insumos, máquinas e equipamentos.

Por outro lado, o valor contratado do FNE (R\$ 42,6 bilhões) gerou um impacto total de R\$ 86,3 bilhões em valor agregado/renda, dos quais cerca de dois terços foi internalizado na área de atuação do BNB e o terço restante representou renda gerada em outras áreas do país.

O impacto na geração de emprego também foi relevante. Estima-se que os investimentos financiados pelo FNE tenham gerado cerca de 5,1 milhões de empregos diretos e indiretos na área de atuação do BNB, significando dizer que a parcela preponderante (83,0%) das novas ocupações foi criada no âmbito da referida área. Esse resultado está bastante influenciado pelos investimentos financiados na área rural, que responderam por 51,8% das aplicações, mas geraram 70,4% do emprego regional do FNE. Por outras palavras, o setor rural da Região é intensivo em mão-de-obra e tem uma grande capacidade de gerar emprego, em resposta aos investimentos por ele realizados.

Ligado ao emprego, outra variável relevante foi o valor dos salários recebidos. Estima-se que no período analisado foram pagos na área de atuação do BNB R\$ 15,9 bilhões, decorrentes das aplicações do FNE, valor correspondente a 63,9% dos salários totais recebidos, incluindo-se também as demais áreas do País, indicando também que a grande proporção da remuneração da mão-de-obra foi paga na região.

Por fim, as aplicações do FNE geraram um impacto de R\$ 25,0 bilhões em tributos, dos quais 58,2% foram arrecadados na área de atuação do BNB e a parcela restante (41,8%) foi recolhida nas demais áreas do país.

Diante desses resultados, pode-se concluir que o FNE cumpre os seus objetivos de modo eficiente e eficaz no tocante à geração de novos empregos formais, geração de renda, salários e tributos, atestando com isso a sua importância para a região, por contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, objetivo do fundo.

TABELA 32 – Repercussões Econômicas Esperadas das Contratações do FNE na Área de Atuação do BNB e nas Demais Regiões do Brasil. Período de 1989 a 2008

Indicadores	Setores Beneficiados				
	Rural	Agroindustrial	Industrial	Infraestrutura	Comércio e Serviços
a) Valor Contratado (R\$ milhões)	22.071	1.136	10.531	3.976	4.885
b) Resultados na Área Atuação do BNB					
Valor Bruto da Produção (R\$ milhões)	52.131	2.648	24.637	9.141	11.400
Valor Agregado/Renda	30.541	1.509	13.998	5.024	6.191
Empregos (em número de pessoas)	3.567.796	169.272	497.061	376.321	451.393
Salários (R\$ milhões)	8.386	426	4.043	1.353	1.745
Tributos (R\$ milhões)	7.401	380	3.696	1.350	1.703
c) Resultados Área Atuação do BNB + Resto do Brasil					
Valor Bruto da Produção (R\$ milhões)	88.960	4.496	41.671	15.676	19.433
Valor Agregado/Renda	45.782	2.274	21.041	7.726	9.512
Empregos (em número de pessoas)	4.188.285	214.256	635.044	481.070	580.140
Salários (R\$ milhões)	13.099	664	6.233	2.194	2.778
Tributos (R\$ milhões)	14.387	731	6.937	2.593	3.222
Total					
					42.599

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB/Etене.

Notas: Valores estimados com base na Matriz de insumo-produto do Nordeste. Efeitos diretos, indiretos e de renda a serem alcançados durante o ciclo de maturação dos projetos e de seus respectivos impactos.
Valores a preços de 2008, atualizados pelo IGP-DI.

Para complementar as avaliações de resultados e impactos das aplicações de recursos do FNE, foram realizadas pesquisas de campo junto a amostras representativas de clientes dos principais programas de crédito, que são comentadas a seguir.

11.3.1 – indústria, comércio e serviços

Os comentários deste item estão baseados em trabalho realizado pelo BNB (2010c), que contou com pesquisa direta feita junto a uma amostra estatisticamente representativa dos setores indústria, comércio e serviços, financiados pelo FNE, entre 2000 e 2006, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, de estudo do comportamento de setores dinâmicos da economia do Nordeste e de estatísticas dos órgãos de pesquisa.

De acordo com os resultados apurados na pesquisa de campo, verificou-se que as empresas dos setores da indústria, comércio e serviços alcançaram um bom nível de efetividade nos empreendimentos implantados, visto que 85% estavam em plena operação e em produção. Ademais, os empreendimentos financiados geraram emprego e renda acima do previsto nas propostas originais.

Quando examinada por região, verifica-se que, mesmo nas condições mais adversas do semiárido, a efetividade das empresas ainda é significativa, com 83% dos empreendimentos ativos em produção. Fora da região semiárida, a proporção de sucesso é de 88,5%. Certamente, outros fatores, como a própria conjuntura econômica favorável, influenciaram esses resultados. Entretanto, há uma forte evidência de que os empreendimentos financiados pelo FNE foram efetivos nesses aspectos.

Estudo realizado com base nos dados da Rais/Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego, revelou que o estoque de empregos entre os anos de 2000 a 2005 cresceu em 103,7% para as empresas que receberam financiamento do FNE no período, enquanto que, para as demais empresas, o crescimento foi de 31,4%, apresentando uma diferença em favor das empresas financiadas pelo FNE da ordem de 72,3 pontos percentuais. Esses dados significam que o emprego cresceu 230% a mais nas empresas financiadas, quando são comparados

os resultados de um grupo com o outro. Esses resultados, apesar de tratarem somente de empregos formais, são significativos, pois conseguem comparar os impactos de emprego das empresas financiadas pelo FNE das demais.

A pesquisa de campo direta com as empresas financiadas levantou resultados que segue na mesma direção das conclusões do estudo com base nas informações da Rais/Caged, mostrando ainda que as empresas financiadas gerem mais empregos do que o inicialmente proposto nos projetos originais apresentados ao FNE. Dessa maneira, as informações da pesquisa de campo permitiram comparar a situação de empregos das empresas antes do financiamento, com a situação delineada nos projetos e a situação atual, mostrando que as ocupações médias nas empresas dos setores pesquisados cresceram em 95,2%, entre a situação existente antes dos financiamentos e a situação atual. Essa evolução foi maior do que as projeções existentes nos projetos, quando previam crescimento de 52% nos empregos ofertados. Para o conjunto de empresas financiadas, a quantidade média de empregos cresceu de 21 para 41 postos de trabalho, para uma projeção inicial de 32 vagas de emprego.

Ademais, em todos os portes de empreendimentos, a pesquisa constatou que os empregos cresceram mais do que o projetado. Esse resultado foi também notado em termos espaciais. Assim, foi observado que os empreendimentos implantados no semiárido cresceram em número médio de ocupações (143%) bem mais do que fora do semiárido (71%), demonstrando que o FNE provocou impactos relevantes, considerando-se que, no semiárido, concentram-se os maiores bolsões de pobreza do Nordeste.

De outra parte, o faturamento do conjunto de empresas financiadas pelo FNE, segundo a pesquisa realizada, aumentou 90%, enquanto projetava um crescimento de 80%. Certamente, esse resultado foi influenciado pela conjuntura econômica favorável, mas, também, em grande parte, se deve aos investimentos proporcionados pelos financiamentos.

A exemplo do que ocorreu com o emprego, pela ótica espacial, o faturamento médio cresceu mais na região semiárida (119%), do que fora do semiárido (76%), muito embora, em ambas, tenha avançado mais do que o projetado.

A pesquisa também constatou que houve alterações nos mercados das empresas financiadas. Antes dos financiamentos, apenas 15% da produção destina-

vam-se ao mercado nacional e 0,8% ao mercado internacional. Atualmente, 27% da produção destinam-se ao mercado nacional e 3,6% para o exterior. Essas alterações indicam que houve evolução na competitividade das empresas financiadas, considerando que estão ampliando o alcance aos mercados nacional e internacional. Quando essa informação é examinada por porte, observa-se que, enquanto as micro, pequenas e médias empresas ampliam seu crescimento no mercado nacional, as grandes crescem sua participação no mercado internacional.

A evolução apresentada pelos indicadores de modernização também evidencia que as empresas financiadas passaram por uma expansão significativa em todos os itens pesquisados, sinalizando que essas empresas modernizaram-se a partir dos financiados recebidos do FNE.

A pesquisa de campo realizada com as empresas que receberam financiamento do FNE procurou levantar uma breve opinião dos empresários sobre a importância do FNE, suas atratividades e dificuldades para utilização das linhas de crédito, constatando-se que os beneficiários, de uma forma geral, consideram importante o Fundo para o desenvolvimento de suas atividades de implantação, ampliação e modernização, bem como para suprir as necessidades de capital de giro dos empreendimentos. Consideraram ainda que a ampliação dos negócios, o aumento da produtividade, o incremento no faturamento, a ampliação do portfólio de produtos, a melhoria na qualidade dos produtos ofertados e a diversificação dos produtos foram aspectos influenciados pelo FNE. As condições de financiamento, como taxas de juros e prazos, foram consideradas atrativas.

Entretanto, algumas críticas foram apontadas pelos empresários pesquisados, como excessiva burocracia com a exigência de documentação e a exigência de garantia hipotecária para um financiamento maior e, conseqüentemente, a demora na concessão do crédito.

Mesmo com as críticas, foi unanimidade considerar que o FNE é importante para o desenvolvimento do Nordeste e que a região não pode deixar de dispor desse instrumento. A grande maioria dos empresários pesquisados considera que a maior parte das dificuldades operacionais pode ser saneada ou reduzida pelo Banco do Nordeste.

12 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A principal conclusão do trabalho é que o Nordeste tem apresentado perdas com o funcionamento do sistema bancário, transferindo parcelas representativas de suas poupanças para financiar operações de crédito de outras regiões.

Como não existem barreiras internas, os capitais fluem livremente de uma região para outra, na busca de melhores oportunidades de investimento, maiores ganhos e menores riscos. Estes são os motivos mais relevantes e talvez possam explicar esse processo de transferência de recursos do Nordeste para outras regiões, causada pelo processo de intermediação financeira.

De outra parte, vale informar que, enquanto a maioria dos bancos que atua no Nordeste capta mais depósitos do que aplica na região, o Banco do Nordeste exerce um papel oposto, aplicando mais recursos do que capta internamente. Nada obstante, a sua ação tem sido insuficiente para equilibrar essa balança e o resultado líquido continua desfavorável para a região.

Outra questão relevante apontada pelo trabalho é que a intermediação financeira do Nordeste praticamente não foi afetada pelos efeitos negativos da crise financeira global. Essa imunização deveu-se à atuação dos bancos públicos, que na região respondem por cerca de dois terços das operações de crédito e que durante a crise ampliaram fortemente suas operações, contribuindo assim para a manutenção dos canais de crédito para o financiamento das atividades econômicas da região.

Este ensaio também mostrou que dois instrumentos diferentes de análise permitiram revelar duas faces de um mesmo fenômeno. As carências de crédito do Nordeste, sugeridas teoricamente pelo seu hiato de crédito, têm um correspondente nas perdas geradas na intermediação financeira, dada pela relação depósito/operação de crédito. Assim, numa conta por cima, foi mostrado que as necessidades de crédito do Nordeste estariam em torno de dois FNEs.

Essas perdas credenciam as lideranças políticas e empresariais a requererem do governo federal uma reforma do sistema bancário nacional, de modo que os bancos possam contribuir de forma mais equilibrada para o desenvolvimento regional do país. Alternativamente, o Nordeste necessita de tratamento diferenciado ou políticas compensatórias, tendo em vista que a dotação de recursos do FNE não é suficiente para compensar essas perdas.

Essa é uma realidade pouco conhecida do grande público e que merece maior divulgação, tendo em vista que o sistema bancário brasileiro contribui para concentrar renda sob o ponto de vista espacial. Esse contexto reforça ainda a necessidade de o governo federal conceder maior apoio institucional e de recursos financeiros ao Banco do Nordeste, de modo a tornar mais ampla e eficiente sua ação de banco de fomento regional.

13 – NOTAS METODOLÓGICAS

Neste tópico, são apresentadas considerações e explicações técnicas que não foram dadas deliberadamente nas análises e comentários feitos ao longo do trabalho. O objetivo foi tornar o documento mais leve e de fácil leitura. As explicações que se seguem estão na mesma ordem dos capítulos apresentados.

- a) A ideia inicial do documento era cobrir o período de 1990 a 2007. Entretanto, as informações disponibilizadas pelo Banco Central, através do Sisbacen, traziam uma cobertura muito precária para a Caixa Econômica Federal, para o período de 1990 a 1995. A partir de 1996, a cobertura da CEF fica completa. Assim, dada a sua grande importância para o sistema bancário nacional e regional, especialmente na captação de depósitos de poupança, achou-se conveniente trabalhar com o período de 1996 a 2009;
- b) Os depósitos bancários considerados para efeito de análise do trabalho correspondem aos depósitos à vista, depósitos a prazo e depósitos de poupança. Assim, foi feita a opção de não se trabalhar com o total dos depósitos, que inclui os depósitos interfinanceiros. Na verdade, os depósitos a prazo fazem parte da conta maior de depósitos interfinanceiros. Desse modo, a inclusão apenas dos depósitos a prazo corresponde à seguinte equação:

Depósitos interfinanceiros – depósitos a prazo = demais contas de depósitos interfinanceiros

Essa diferença, correspondente às demais contas de depósitos interfinanceiros, é que não foi incluída para a realização do presente trabalho, pois introduzia distorções para a análise dos resultados;

- c) O Nordeste considerado no trabalho, para efeito de levantamento de informações bancárias e de contas regionais, corresponde aos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia;
- d) Foi utilizado o Índice de Preço ao Consumidor Ampliado (IPCA), do IBGE, como deflator, para corrigir a série dos valores correntes dos sal-

dos de depósitos e das operações de crédito, permitindo assim cálculo de variações reais;

- e) Para comparações com as operações do FNE, gerido pelo Banco do Nordeste, foi considerado o mesmo Nordeste do item anterior. Dessa maneira, não foram incluídos o norte de Minas Gerais e o do Estado do Espírito Santo, que hoje integram também a área de aplicações do FNE;
- f) Até janeiro de 1996, não havia separação patrimonial das contas do BNB e do FNE. As operações de crédito do FNE eram contabilizadas no patrimônio do Banco, bem como os demais direitos e obrigações do Fundo. Entretanto, a partir de fevereiro de 1996, as duas entidades passaram a apresentar demonstrações contábeis de forma isolada, em obediência aos princípios contábeis do sistema financeiro nacional;
- g) 2007 foi o último ano para o qual o IBGE realizou estimativas para o PIB das regiões. Assim, as comparações dos saldos dos depósitos e os saldos das operações de crédito com o PIB cobrem o período de 1996 a 2007. Por outro lado, essa comparação, embora realizada largamente em diversos trabalhos, é um pouco inadequada pela natureza das variáveis envolvidas. O PIB mede o valor que é agregado no processo produtivo, e é calculado, entre outras formas, pela diferença entre o valor bruto da produção e consumo intermediário. Ademais, o PIB é uma variável de fluxo, cobrindo certo período, normalmente de um ano. Os saldos de depósitos e das operações de crédito correspondem a um conceito aproximado de produção (ou de faturamento), são apurados numa data específica, normalmente em fim de mês, e correspondem a uma variável de estoque;
- h) A relação depósitos/operações de crédito é largamente utilizada para medir perdas ou ganhos de uma região, através do funcionamento do sistema bancário. Desse modo, as desigualdades abaixo expressam as seguintes situações:

Se depósitos/operações de crédito > 1 , significa que a região “A” está transferindo poupança para outras áreas.

Se depósitos/operações de crédito < 1 , significa que a região “A” está recebendo poupança de outras áreas para complementar suas operações de crédito;

i) Podemos também calcular o valor das perdas/ganhos de uma determinada região, com a intermediação financeira que é realizada. A equação básica que fornece o valor da perda/ganho de recurso é dada por:

$$d - e = Y \quad (1)$$

Onde:

d = saldo dos depósitos

e = saldos das operações de crédito

Y = valor da perda/ganho

Lembrando ainda que:

$$d/e = k \quad (2)$$

Onde k = relação depósito/empréstimo.

Dividindo ambos os termos da equação (1) por “e”, teremos:

$$d/e - e/e = Y/e$$

$$(d/e - 1) = Y/e$$

$$(d/e - 1) e = Y$$

Como $d/e = k$

$$(k - 1) e = Y \quad (3)$$

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **B. Regional do Banco Central**, v. 4, n. 2, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010b.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura – indicadores econômicos – moeda e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010b.

_____. **Economia e finanças**: sistema gerenciador de séries temporais. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 21 de jul. 2010c.

_____. **Relatório de estabilidade financeira**, v. 9, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010d.

_____. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 jul. 2010e.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A – BNB. **Conj. Econômica**, n. 19 a 25. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2010a.

_____. **Coleção avaliação de políticas e programas do BNB**: avaliação de impactos do fundo constitucional de financiamento do Nordeste (FNE) – geração de empregos – período: 2000-2006. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2010b.

_____. **Coleção avaliação de políticas e programas do BNB**: avaliação de execução do fne e de resultados e impactos do FNE industrial e do FNE comércio e serviços. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 9 set. 2010b.

_____. **FNE – 20 anos**: o crescimento da região faz parte dessa história – 2009d.

_____. **Informações da área de controle financeiro** – Jul. 2010e.

_____. **Informações gerenciais do programa crediamigo**. Cadernos mensais de dezembro de 2009 e 2010f.

_____. **Informe ETENE**: macroeconomia, indústria e serviços – a matriz de insumo-produto e os impactos das contratações do PRONAF, ano IV, n. 7, abr.

2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2010g.

_____. **Microcrédito: o mistério nordestino e o *grammen* brasileiro**. Marcelo Cortes Neri (Coord.). Fev. 2008h.

CROCCO, Marco. et al. **O estudo do *gap* regional de crédito e seus determinantes, sob uma ótica pós-keynesia**: centro de desenvolvimento e planejamento regional – CEDEPLAR/UFMG – 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – FMI. **World Economic Outlook**. October 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 7 out. 2009

MAIA, Guilherme B. S. Racionamento de crédito e crise financeira: uma avaliação keynesiana. **Rev. do BNDES**, v. 16, n. 31, jun 2009. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

NERI, Marcelo; MEDRADO, André Luiz. Experimentando microcrédito: uma análise de impacto do crediamigo no acesso a crédito. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 01, jan.–mar. 2010. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 25 ago. 2010i.

OREIRO, José Luís. Preferência pela liquidez, racionamento de crédito e concentração bancária: uma nova teoria pós-keynesiana da firma bancária. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 8., **Anais...** Florianópolis, 2003.



**Banco do
Nordeste**

ÁREA DE LOGÍSTICA

Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística

Célula de Produção Gráfica

OS 2011-03/5080 - Tiragem: 1.000